



Nº 1153 - Semanal
0,50 €

9 Maio 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

COMEÇOU O DEBATE SOBRE O FUTURO DO PS



Respondendo ao desafio do secretário-geral, a Concelhia de Lisboa iniciou na passada terça-feira um ciclo de debates sobre o futuro do PS. Uma certeza ficou clara: no PS não há qualquer problema ideológico. Esta a convicção de António José Seguro, para quem as alianças eleitorais só com o próprio PS. A credibilidade do partido deve ser feita pela positiva, defendeu. Já Eduardo Prado Coelho definiu três critérios mínimos para a classificação de esquerda.

► Página 7

ENTREVISTA A ALBERTO MARTINS

A reforma do sistema político é fundamental para o revigoração da nossa democracia, apesar da sua juventude. Tendo essa consciência, o PS avançou na passada semana com a apresentação do projecto-lei sobre a reforma da lei eleitoral, pois sendo esta a "a mãe de todas as leis da reforma do sistema político", é por aí que se deve começar. Em entrevista ao "Acção Socialista", Alberto Martins, o principal responsável pelo diploma, pormenoriza os pontos de vista do PS vertidos no documento entregue na Assembleia da República, que pretende assegurar mais competitividade eleitoral, maior personalização e responsabilização na apresentação de candidaturas e no cumprimento dos mandatos parlamentares.

► Páginas centrais

FERRO RODRIGUES REUNIU-SE COM AS DIRECÇÕES DAS DUAS CENTRAIS SINDICAIS

► Página 5

PS VAI APRESENTAR MEDIDAS DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAIS

► Página 3

A SEMANA REVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

O secretário-geral do PS reuniu-se em separado com as direcções das duas centrais sindicais, tendo-se mostrado preocupado com o previsível aumento do desemprego.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou o seu projecto-lei sobre a reforma eleitoral.

O Governo entregou na Assembleia da República a sua proposta de Orçamento Rectificativo, no qual se prevê um aumento de dois por cento no IVA, medida inaceitável para o secretário-geral do PS, uma vez que Durão Barroso prometeu baixar os impostos.

Reuniu-se o Secretariado Nacional do PS e o Conselho Consultivo das Mulheres Socialistas.

Teve lugar a primeira reunião da Comissão encarregue da revisão dos Estatutos.

Promovido pela Concelhia de Lisboa, realizou-se o primeiro colóquio do ciclo "O futuro do PS" em que foram oradores Eduardo Prado Coelho António José Seguro.

O secretário-geral do PS reuniu-se com os presidentes das federações.

Com a presença de Ferro Rodrigues, foi inaugurada a nova ponte Hintze-Ribeiro em Entre-os-Rios.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

O COLAR



Companheira **Manela**, ganda nóia esta de reduzir o défice. Vai tudo à frente!!
Qual baixa de impostos! Qual combate à evasão fiscal! **Os pobres que paguem a crise!**
Toca a cortar no crédito bonificado, toca a aumentar o IVA!!!
A propósito, companheira Manela, **ó pra cá com esse colarzinho!!!** Ganda nóia!!!

Antoonio Colaço

(A partir de fotografia de João Girão, JN)



Não é pedindo sacrifícios aos mesmos, à classe média e aos menos favorecidos, sem se atacar quem foge aos impostos, por muito que se diga que a culpa é da herança, que se consegue credibilizar uma política ou reforçar o regime.

LARANJA AMARGA

Prometeu um choque fiscal para animar a economia. Proclamou aos quatro ventos que baixava os impostos. Fez tudo ao contrário. Aumentou o IVA em dois por cento, acabou com a tributação das mais-valias que vai beneficiar somente os que arriscam na Bolsa, e, como se não bastasse, extinguiu o crédito bonificado para a habitação mas não os benefícios fiscais da zona franca da Madeira. Como se vê, tudo "medidas de grande alcance social".

O PSD, como por diversas vezes alertámos, realizou uma campanha em que valia tudo para chegar ao poder, até mentir se isso desse votos. Prometeu tudo a todos, e agora despudoradamente vai fazendo o contrário daquilo que anunciou com o argumento mais do que estafado do estado das contas públicas e da crise orçamental. Mas, se o cenário de caos já era usado e em tons mais gravosos do que a realidade, porque insistiram em mentir aos portugueses sobre as suas intenções se chegassem ao Governo? Porque não disseram a verdade? A resposta só pode ser de má fé eleitoral, de quem não olhou a meios para atingir fins, de quem conhecendo os compromissos de Portugal com a União Europeia insistia em apregoar uma fórmula que agora é incapaz de pôr em prática. Por isso, atirando o odioso da situação para os socialistas que "deixaram o País de tanga" apresentaram um orçamento rectificativo, esse sim grave porque pode vir a originar uma crise económica com consequências de muito maior alcance do que a orçamental que vivemos. É que o anunciado aumento do IVA, imposto injusto e cego, é uma medida de curto prazo que ataca o problema pela via mais fácil que é o aumento das receitas, mas que pode conduzir à diminuição do crescimento económico porque retrai o consumo, ao aumento do desemprego e ao ressurgimento de problemas sociais. Prevê-se também um corte no investimento público, medida essa que poderá parar o País e fazer com que Portugal desperdice o período de retoma económica na Europa, previsto para o segundo semestre do corrente ano.

Porque é que o novo Governo não ataca o problema de frente combatendo eficazmente a fraude e a evasão fiscais, arrecadando por essa via mais receita? Não serve de desculpa a máquina fiscal

que hoje em dia está informatizada e em condições de cruzar dados e informações vitais para levar a cabo as suas funções. Porque é que o Executivo não avança com cortes nos benefícios fiscais do "off-shore" da Madeira?

A continuar por esta via, o Governo não vai longe. Não é pedindo sacrifícios aos mesmos, à classe média e aos menos favorecidos, sem se atacar quem foge aos impostos, por muito que se diga que a culpa é da herança, que se consegue credibilizar uma política ou reforçar o regime.

O que falta é vontade política para avançar com medidas socialmente justas e entendidas por todos os cidadãos como necessárias para que Portugal cumpra o pacto de Estabilidade e Crescimento e possa posicionar-se como uma das economias mais prósperas da União Europeia. Não nos esqueçamos que o III QCA continua em execução até 2006, ano em que voltaremos a escolher novo Governo. Nessa altura teremos ocasião de constatar que afinal as vacas não eram assim tão magras.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

PS VAI APRESENTAR MEDIDAS CONTRA FRAUDE E EVASÃO FISCAIS

O deputado do PS João Cravinho anunciou na terça-feira que irá apresentar brevemente um conjunto de medidas contra a fraude e a evasão fiscais, que considerou essencial para a recuperação orçamental do País, acrescentando que "a democracia portuguesa não poderá resistir mais tempo, pedindo sempre aos mesmos os sacrifícios, sem que se ataque quem foge aos impostos".

A posição do ex-ministro socialista foi assumida num discurso, na Assembleia da República, em que teceu duras críticas às opções seguidas pelo Governo no Orçamento Rectificativo de 2002. Para o dirigente do PS, a alternativa para o equilíbrio das finanças públicas está "em colocar no centro da política orçamental o combate decisivo à evasão e à fraude fiscais, a par da melhoria da qualidade da despesa pública". "Que ninguém se engane: se não houver coragem para dar um combate de morte à fraude e evasão fiscais também não haverá coragem ou moral para controlar a economia, a eficiência e a eficácia da despesa pública", sustentou Cravinho.

Nesse contexto, adiantou, o PS avançará a curto prazo com propostas destinadas a combater a fraude e evasão fiscais, "de modo a conciliar o cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento e o reforço do desenvolvimento nacional e da coesão económica e social em torno dos verdadeiros interesses nacionais". No campo das cobranças coercivas, o diploma do PS prevê o "levantamento urgente de todos os processos de execução fiscal pendentes em cada serviço de finanças, a adopção de



procedimentos diferenciados (de acordo com os diversos níveis de cobrança), a aplicação de regras para a compressão de dívidas tributárias e a atribuição de prioridade à instauração e tramitação dos processos de inquérito por crime de abuso de confiança fiscal".

No capítulo da modernização de processos tendentes aos cumprimento voluntário das obrigações, o PS defende a instituição da cont corrente global por sujeitos passivos, de modo a permitir a compensação automática entre impostos.

Na mesma área, o PS quer que o Governo proceda ao desenvolvimento de aplicações informáticas de detecção e de alerta automático

dos serviços de inspecção tributária, assim como a publicação dos coeficientes teóricos por actividade prevista na legislação para efeitos de determinação do imposto devido.

Na sua intervenção, João Cravinho desafiou o Governo a esclarecer que medidas propõe para o controlo da despesa fiscais na zona franca da Madeira, bem como o que pretende fazer quanto à aplicação do regime de preços de transferência.

Em relação ao Orçamento Rectificativo de 2002, o deputado socialista considerou-o "um orçamento anulativo do seu programa eleitoral".

"É um orçamento indicativo de que as soluções do PSD para a consolidação das finanças públicas são as soluções da facilidade, da injustiça e da depressão económica e social", acusou Cravinho.

"A democracia portuguesa não poderá resistir mais tempo, pedindo sempre aos mesmos portugueses os sacrifícios, sem que se ataque quem foge aos impostos", disse.

Ainda segundo Cravinho, após a aprovação do Orçamento Rectificativo de 2002, no dia 15 deste mês, "a política económica em vigor já não será a do PS, mas a do Governo PSD/CDS-PP".

"Acabaram-se as desculpas. O Orçamento passará a ser vosso e é muito mau", disse.

O regimento vale para todos

Entretanto, na terça-feira, um novo conflito

surgiu no Parlamento, fruto da actuação do novo presidente e da nova maioria na Assembleia da República que tem sido marcada por constantes polémicas.

A polémica ocorreu quando foi anunciado que Marques Mendes pretendia usar da palavra ainda nessa tarde sobre o Orçamento Rectificativo, sem que a oposição tenha sido informada.

De acordo com o regimento, os grupos parlamentares devem ser avisados quando o Governo pretende usar da palavra na Assembleia, bem como do tema da intervenção. O pedido de Marques Mendes foi feito na segunda-feira ao presidente da Assembleia da República, mas Mota Amaral, pasme-se, «esqueceu-se» de avisar o plenário.

Irritado com mais este atropelo, António Costa afirmou que as regras parlamentares servem para todos. «A democracia exerce-se de acordo com as regras. Temos um regimento que vale para os senhores e que serve para nós. Valeu para nós enquanto éramos Governo e valerá para os senhores enquanto forem Governo e valerá enquanto não for mudado», disse.

«A questão é simples, esta assembleia tem de funcionar de acordo com as normas e compete à mesa com isenção e imparcialidade fazer, aplicar e respeitar as normas que têm de reger os trabalhos desta casa e não poderemos aceitar outra atitude por parte da mesa e muito menos da maioria», afirmou ainda António Costa.

AUGUSTO SANTOS SILVA REAFIRMA

GOVERNO DE CAVACO TOMOU DECISÕES RUINOSAS PARA A RTP

O ex-ministro socialista Augusto Santos Silva desmontou as "irresponsáveis" e "inaceitáveis" declarações do ministro da tutela para a Comunicação Social, Nuno Morais Sarmento, considerando que se alguém tivesse de responder judicialmente pelo "buraco" financeiro da RTP seriam os membros do último Governo de Cavaco Silva, que "tomaram decisões ruins".



A estação pública de televisão "passou a dar prejuízos a partir de 1992, quando o Governo de Cavaco Silva decidiu pôr fim à taxa de radiodifusão e vender a sua rede de emissão", acrescentou. Apesar das críticas, o ex-ministro garantiu que o PS está disponível para conseguir com o PSD, em sede parlamentar, uma base de apoio para uma nova forma de financiamento da RTP, "mais compatível com as normas de serviço público", que permitisse "pôr cobro ao clima de guerrilha"

que diz haver em torno da televisão pública. O agora deputado do PS respondia às inquietantes e irresponsáveis declarações do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento,

que deixou em aberto a possibilidade de responsabilizar os anteriores membros do Governo que tutelaram a RTP, "se necessário por vias judiciais".

Referindo que o tempo de campanha eleitoral "já terminou" e chegou o momento do Governo "actuar e não fazer ameaças", Augusto Santos Silva considerou "pouco educada" esta "judicialização de divergências políticas naturais entre os partidos", e classificou de "irresponsável" o facto do ministro ter feito as suas declarações no Parlamento das Escolas, "cuja finalidade é contribuir para socializar os jovens nos valores da democracia e não se pode dizer que este tenha sido um bom exemplo". Caso o assunto fosse parar aos tribunais, disse, a primeira a ser chamada seria a administração laranja do último Governo de Cavaco Silva, que, na sua opinião, tomou as medidas que tornaram

o défice da RTP imparável desde 1992.

Questionado sobre a "holding" Portugal Global, afirmou ter sido criada para tentar o saneamento financeiro da RTP, mas considerou que o seu modelo "não é compatível com o programa do actual Governo".

O ex-ministro reafirmou a "total oposição" do PS à alienação da RTP2 e RDP2, considerando que caso a segunda decisão for para a frente "colocará Portugal na situação singular de ser o único país sem uma estação pública de música clássica".

Quanto à poupança que a alienação do segundo canal da televisão traria, Santos Silva estima-a em 25 milhões de euros por ano, enquanto "outra medida prevista pelo Governo, o fim rápido da publicidade na RTP, provocaria uma diminuição nas receitas de 50 a 60 milhões de euros".

PS quer Morais Sarmento na AR

O PS quer que Morais Sarmento, vá ao Parlamento explicar qual o futuro da RTP. O pedido foi apresentado ontem, quarta-feira, pelo deputado socialista Arons de Carvalho, que se mostrou perplexo com as recentes declarações do ministro da Presidência.

Para o PS, as alterações anunciadas, nomeadamente a extinção de um canal e a supressão de publicidade terão consequências muito graves no serviço público da RTP e também na situação financeira da empresa.

Morais Sarmento deverá dar, também, explicações aos deputados sobre o alcance da ameaça feita de levar a tribunal antigos membros do Governo que tutelaram a RTP.

O PS lembra que tal facto seria inédito na história da democracia e que quando António Guterres e o Governo tomaram posse, em 1995, já foram encontrar na televisão do Estado um passivo de cerca de 50 milhões de contos.

J. C. C. B.

MUSEU DE FOZ CÔA

DEPUTADOS DO PS QUESTIONAM MINISTRO DA CULTURA

Na sequência de notícias publicadas recentemente nalguns órgãos de informação sobre a intenção do Governo de suspender o projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e extinguir o Instituto Português de Arqueologia, que suscitam "legítimas preocupações", os deputados socialistas Augusto Santos Silva e Fernando Cabral enviaram um requerimento ao ministro da Cultura solicitando informações sobre se o Governo confirma a intenção de "suspender o projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa", tal como ele está a ser desenvolvido, bem como o que vai fazer, perante os compromissos já assumidos contratualmente.

Os deputados querem saber se caso a intenção seja proceder à "reformulação" ou "redimensionamento" do projecto do Museu, quais são os termos precisos de tal reformulação ou redimensionamento, e ainda quais são os fundamentos, os propósitos e as condições do desaparecimento do Instituto Português de Arqueologia, enquanto serviço do Ministério, e da sua "fusão" com o Instituto Português do Património Arquitectónico.

No documento, os deputados do PS querem ainda saber como é que o Governo entende a política nacional de arqueologia, quer no domínio da investigação, quer no domínio da salvaguarda e valorização patrimonial.

J. C. C. B.

GOVERNADOR CIVIL

PS QUER SABER QUAL É A ALTERNATIVA À EXTINÇÃO

O PS pediu a presença do ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, na Assembleia da República para explicar de que forma tenciona o Governo extinguir o cargo de governador civil. O requerimento do PS foi enviado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Em declarações à Comunicação Social, o deputado socialista Vitalino Canas lembrou o Governo que o cargo é constitucional, pelo que a sua extinção terá de resultar de um consenso político alargado que "não pode restringir-se à maioria" que apoia o Executivo.

"O Governo sabe aquilo que não quer e, por isso, extingue o cargo de governador civil, mas não sabe o que quer em alternativa", disse o parlamentar do PS, acrescentando que o Executivo de direita se precipitou sobre esta matéria.

Vitalino Canas sublinhou que o PS "não faz cavalo de batalha pela manutenção dos governadores civis, mas, antes de serem extintos, tem de conhecer-se uma alternativa credível para a representação externa do Estado nos distritos".

PARLAMENTO

LAURENTINO DIAS FISCALIZA CONTAS DO EURO 2004

Laurentino Dias vai presidir à Comissão Parlamentar de Fiscalização do Euro 2004. Na anterior legislatura, o deputado do PS já era o vice-presidente desta comissão. Na intervenção que efectuou, na terça-feira, na Assembleia da República, Laurentino Dias elogiou o trabalho desenvolvido pela comissão nos últimos três anos e realçou a necessidade de se continuar a fiscalização parlamentar da gestão do dinheiro público usado para a realização do campeonato europeu de futebol.



REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

FERRO RECEIA AUMENTO DO DESEMPREGO

“É inaceitável. Durão Barroso ganhou as eleições prometendo uma baixa nos impostos e a primeira medida que anuncia é o aumento do IVA”, declarou o secretário-geral do PS aos jornalistas após reuniões separadas com as direcções das centrais sindicais ocorridas na passada segunda-feira no Largo do Rato, em que se analisou a situação económica, política e social. Ferro Rodrigues sublinhou, por outro lado, que o PSD nunca assumiu, durante a campanha, a necessidade de aumentar a carga fiscal, “quando dizia que a situação financeira do país era mais calamitosa e catastrofista”, recorrendo depois a uma “extrapolação” sobre a derrapagem do défice público no primeiro trimestre de 2002. Embora a posição dos socialistas só deva ser tomada após a reunião do grupo parlamentar, mas deixando antever que o PS poderá votar contra o Orçamento Rectificativo, já que o documento preconiza medidas gravosas para



o País, como o abandono ou suspensão de alguns projectos de grande envergadura e o aumento da taxa máxima do IVA em 2 por cento que nem sequer fazia parte do programa eleitoral do PSD, Ferro Rodrigues admitiu que “a existência de uma medida que não foi apresentada durante a campanha coloca problemas a uma oposição construtiva do PS”. Do ponto de vista social, e tendo em conta o balanço dos encontros que realizou com as duas centrais sindicais, o líder socialista mostrou-se preocupado com as propostas apresentadas pelo Executivo que terão consequências “muito graves” e “ficarão para a história como medidas inflacionistas e que agravaram o desemprego”. Ferro Rodrigues manifestou-se igualmente contra a política de cortes no investimento público, o que irá “parar o país, já a partir do segundo semestre deste ano” e que terá repercussão directa no agravamento do desemprego.



Guilherme d'Oliveira Martins falava, em conferência de Imprensa, após a ministra de Estado e das Finanças ter apresentado as linhas gerais do Orçamento Rectificativo (OE) para 2002, que incluí o aumento da taxa do IVA de 17 para 19 por cento. O último ministro das Finanças dos governos de António Guterres acusa o PSD de ter prometido uma “descida imediata de impostos”, uma promessa eleitoral que se transformou, agora, “no seu contrário, num aumento imediato de impostos”. “O aumento do IVA em dois pontos percentuais afecta gravemente a classe média e os trabalhadores por conta de outrem, que dependem dos seus salários e que são, já, quem mais paga impostos”,

disse o ex-ministro das Finanças. “Esse aumento é injusto ainda porque afecta mais aqueles que menos têm, provocando diminuição no poder de compra dos portugueses”, acrescentou. Nessa medida, adiantou, “o Governo põe em causa a competitividade da nossa economia perante os nossos parceiros europeus. O IVA em Portugal passará a ser três pontos percentuais acima do IVA em Espanha”. Guilherme d'Oliveira Martins referiu também que um corte no investimento público, se acontecer, “tem consequências económicas graves, podendo ajudar a lançar o País na recessão e tem um outro efeito, também grave, porque pode pôr em causa a execução dos fundos

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

COMPETITIVIDADE POSTA EM CAUSA

O ex-ministro das Finanças Guilherme d'Oliveira Martins alertou que os portugueses “serão confrontados com um conjunto de medidas gravosas para as pessoas e para a economia nacional”, sublinhando que “há aspectos preocupantes na estratégia seguida pelo Governo”.

comunitários, podendo conduzir à perda de fundos comunitários que não sendo gastos, o país perderá, com eles perdendo oportunidades de desenvolvimento”.

Aumento de impostos é solução injusta

Referindo que “o Governo tem usado como justificação para estas medidas uma retórica que assenta na dramatização da situação das contas públicas, que já passou do razoável há muito tempo, arriscando-se a transformar uma crise orçamental em crise económica, o que seria gravíssimo”, o ex-ministro das Finanças sublinhou que “o actual Orçamento de Estado cumpre os nossos compromissos europeus, pressupondo a concretização do programa de reforma da despesa pública e de medidas de eficiência fiscal, em curso, de que

aparentemente este Governo desistiu, privilegiando apenas o aumento de impostos”. Para Oliveira Martins, “o aumento de impostos é uma solução injusta e de curto prazo, para um problema que é estrutural”, escondendo ainda uma outra face da realidade, ou seja, “este Governo sabe que a sua política provocará diminuição do crescimento económico, desemprego, problemas sociais. Por isso precisa de criar folgas para o aumento de despesa pública que tais eventualidades acarretam, bem como para medidas que anunciei e cujo impacto financeiro ignora por completo”. Segundo sublinhou o dirigente do PS, “a situação das contas públicas não pode ser, porém, desculpa para uma orientação pública que pode pôr em causa o nível de vida dos portugueses e a convergência real com os nossos parceiros europeus”.

J. C. CASTELO BRANCO

PONTE DE ENTRE-OS-RIOS

FERRO PRESENTE NA INAUGURAÇÃO

A inauguração da nova ponte Hintze Ribeiro, que liga Entre-os-Rios a Castelo de Paiva, construída pela engenharia portuguesa sob governação socialista no prazo recorde de 11 meses, decorreu num ambiente sóbrio, marcado pela presença de Ferro Rodrigues.

O líder do PS e ex-ministro do Equipamento Social, foi dos primeiros a chegar, acompanhado por Vieira da Silva, seu ex-secretário de Estado.

Ferro percorreu, na manhã de sábado, a réplica da ponte que no ano passado foi palco do trágico acidente que vitimou 59 pessoas.

O secretário-geral do PS apreciou o convite que lhe foi dirigido por Durão Barroso qualificando-o de "normal em democracia", uma vez que foi ele o ministro do Equipamento que lançou aquela obra, num vasto pacote de melhoramentos para a região.

Mas Ferro fez questão de se demarcar do tom geral com que Barroso havia de caracterizar a região: "Há uma certa visão de Castelo de Paiva

totalmente errada e que demonstra o desconhecimento das pessoas, [pois este concelho e o de Penafiel têm] um dinamismo industrial e agrícola muito forte, que as infra-estruturas têm que acompanhar".

"A visão que se tem transmitido de Castelo de Paiva e de Penafiel como sendo do Terceiro Mundo não corresponde à realidade, pois são concelhos com grande dinamismo", disse.

No "acto simbólico" de abertura ao tráfego da nova travessia rodoviária entre Entre-os-Rios e Castelo de Paiva – uma réplica da ponte com estrutura reforçada e garantida –, o primeiro-ministro não resistiu a dar alguns beijos "para a fotografia" e tentou recauchutar a "política de betão ou de obras públicas" que marcou o cavaquismo.

Repetindo a ideia mais sublinhada por todos – o tempo recorde de construção da infra-estrutura –, Durão afirmou ser este "um excelente exemplo da capacidade realizadora dos portugueses", ignorando que a primeira



grande inauguração do seu Executivo é uma obra do PS.

Com Ferro Rodrigues presente, Barroso deixou-se cumprimentar e beijar, naturalmente satisfeito com o banho de multidão que o momento lhe proporcionava.

Ainda que "ensombrado" pela morte de cerca de três dezenas de pessoas no trágico acidente de 4 de Março que obrigou à construção da nova travessia, o momento acabou por ser mais que um mero acto administrativo.

M.R.

NOMEAÇÕES

PAULO PEDROSO DESMENTE DURÃO BARROSO

O ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade Paulo Pedroso desmentiu categoricamente que tenha havido nomeações políticas feitas na sua área, desde o início do ano, quando o Governo do PS já estava só em gestão.

Paulo Pedroso respondeu assim a Durão Barroso, que, num almoço com os TSD, acusou o último Governo de António Guterres de ter feito nomeações políticas na área da Segurança Social.

"Há com certeza uma confusão entre

nomeações políticas e nomeações de pessoas feitas pelos Institutos para o desempenho de funções essenciais", explicou Paulo Pedroso. Também Simões de Almeida, o secretário de Estado com o pelouro desta área refutou as acusações do líder laranja, referindo que "nomeações políticas não foram nenhuma" e que Durão Barroso só pode estar a falar de eventuais nomeações que tenham sido feitas pelos Institutos "no quadro das suas competências normais".



O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEBATE SOBRE O FUTURO DO PARTIDO

PS NÃO TEM QUALQUER PROBLEMA IDEOLÓGICO

Respondendo ao desafio do secretário-geral, a Concelhia de Lisboa iniciou na passada terça-feira um ciclo de debates sobre o futuro do PS. Uma certeza ficou clara: no PS não há qualquer problema ideológico. Esta a convicção de António José Seguro, para quem as alianças eleitorais só com o próprio PS. A credibilidade do partido deve ser feita pela positiva, defendeu. Já Eduardo Prado Coelho definiu três critérios mínimos para a classificação de esquerda.

Depois de uma breve reflexão sobre as implicações de alguns acontecimentos mais marcantes ocorridos recentemente - atentados de 11 de Setembro, presidenciais francesas e o novo governo de centro-direita em Portugal - , Eduardo Prado Coelho referiu que "a complexidade de dados e problemas do mundo contemporâneo é de tal modo complexo que é difícil saber onde está mais o centro ou mais a esquerda", acrescentando que para se reclamar de esquerda "não basta ter preocupações sociais".

No entanto, considerou que é possível estabelecer três critérios mínimos para a classificação de esquerda. O primeiro implica o reconhecimento da economia de mercado como instrumento e não como um fim, não deixando que a sociedade se transforme numa sociedade de mercado, reconhecendo que há outros critérios de ordem social, económica e ecológica.

O segundo critério prende-se com a liberdade de escolha. "Eu sinto-me tanto mais livre quanto tenha numa sociedade maior liberdade de escolha, seja nos médicos, nos livros, ou nos programas televisivos", explicou.

Quanto ao terceiro critério para uma classificação de esquerda, o ensaísta referiu



que ele se centra no reconhecimento de que há que encontrar respostas de inclusão para todos aqueles que são vítimas do processo de modernização da sociedade.

No debate moderado pelo líder da Concelhia, Miguel Coelho, este novel militante do PS afirmou ainda que os partidos devem estar atentos ao aparecimento de novos fenómenos

como os movimentos antiglobalização, sublinhando que "em torno destes movimentos sentiu-se que havia uma reflexão sobre os problemas do mundo contemporâneo".

Num contexto marcado por um crescente distanciamento entre as estruturas partidárias e a sociedade, Eduardo Prado Coelho defendeu que "os partidos devem ter uma componente

de debate permanente e estar mais inseridos nas comunidades locais".

PS deve afirmar-se pela positiva

António José Seguro, por sua vez, reafirmou que no PS não há qualquer problema ideológico, defendendo que o nosso partido "só pode sobreviver enquanto partido de esquerda se se afirmar pela positiva, com respostas concretas para os problemas reais dos portugueses".

"Continuo a pensar que há um olhar de esquerda e um olhar de direita para a sociedade", disse, acrescentando que "a esquerda deve olhar em primeiro lugar para os mais desfavorecidos, para os excluídos que o processo de modernização gera".

Por outro lado, considerou que o "o PS não precisa de mudar de estratégia; deve apresentar-se ao eleitorado sozinho".

Referindo que o PS "não pode estar no poder a qualquer custo", o actual deputado e coordenador do grupo de estudos do partido defendeu que "o PS deve preparar-se para voltar a ser governo. Para isso, adiantou, "deve manter um diálogo permanente com os cidadãos que residam em Portugal e com as diversas organizações que existem na sociedade", para apresentar "um projecto de alternativa, e não apenas de alternância, claramente diferente, para que a escolha recaia sobre duas opções ideológicas, e não apenas a escolha entre dois candidatos a primeiro-ministro". "O programa de Governo de 2002 é uma boa base de trabalho", acrescentou.

O dirigente do PS mostrou-se ainda favorável à participação de cidadãos não militantes na vida do nosso partido, num quadro que visa melhorar os métodos de trabalho interno. "Não é admissível que se proíba a participação de cidadãos que não se querem filiar no PS", disse. O PS - partido de militantes e de eleitores - deve ter "uma lógica inclusiva", sustentou, defendendo ainda a importância das áreas da formação e informação no partido.

J. C. CASTELO BRANCO

O Futuro e o PS

Ciclo de Conferências

Comissão Política Concelhia de Lisboa

Moderador Miguel Coelho

Audatório da Assembleia da República (Edifício novo)

14 de Maio 21.00h	Vicente Jorge Silva Jorge Guelho
21 de Maio 21.00h	António Mega Ferreira António Costa
28 de Maio 21.00h	Elisa Ferreira Paulo Pedroso

ONU

SAMPAIO PARTICIPA EM SESSÃO ESPECIAL SOBRE CRIANÇAS

O Presidente da República está em Nova Iorque, onde participa numa sessão especial da ONU sobre crianças e entrega donativos a familiares de luso-descendentes mortos nos atentados de 11 de Setembro.

Sampaio é um dos mais de 70 chefes de Estado e Governo que participam na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as crianças, que visa apelar ao investimento na educação e saúde infantil como forma de contribuir para a paz mundial.

Jorge Sampaio vai à ONU "reafirmar a prioridade política" das questões da criança e dos direitos humanos, fazendo da sua intervenção "uma ponte para iniciativas futuras, quer a nível nacional, quer internacional", refere uma nota da Presidência.

O chefe de Estado chegou a Nova Iorque ao fim da tarde de quarta-feira, seguindo-se uma recepção oferecida pelo presidente da Assembleia Geral da organização, o coreano Han Seung-Soo.



Hoje, quinta-feira, o Presidente encontra-se de manhã com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, seguindo-se um encontro com o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano. À noite, Sampaio assiste a um concerto organizado pela UNICEF.

Amanhã, sexta-feira, é o dia da sessão especial em que Sampaio representa Portugal. À tarde, o Chefe de Estado visita uma exposição no museu da cidade de Nova Iorque dedicada aos bombeiros da cidade e à sua intervenção no auxílio às vítimas dos atentados.

A concluir a visita, no sábado, Sampaio visita a sede da Fundação Americana para a Caridade de Portugal, onde entregará donativos às famílias das quatro vítimas luso-descendentes dos atentados.

Depois de 11 de Setembro, esta Fundação, criada por empresários luso-americanos, recolheu mais de 50 mil euros entre a comunidade portuguesa, constituindo um fundo que será repartido entre as famílias das vítimas e obras sociais portuguesas.

CONSELHO DA EUROPA

AGREDIR MULHERES É CRIME CONTRA A HUMANIDADE

Os 44 Estados do Conselho da Europa não poderão invocar a tradição, os costumes e/ou a religião para justificar qualquer tipo de violência contra as mulheres.

A recomendação, adoptada no dia 30 de Abril em Estrasburgo pelo Comité de Ministros deste organismo, aplica-se a qualquer tipo de agressão contra o sexo feminino, seja ela exercida no seio da família (física, psíquica, violação, abuso sexual, mutilações genitais, casamentos forçados ou crimes de honra) ou na comunidade (assédio sexual, violação ou tráfico de mulheres).

Ao longo de mais de 20 páginas, o Conselho recomenda igualmente o fim da violência perpetrada ou tolerada pelos Estados e a violação de direitos fundamentais em tempo de guerra.

Assim, a detenção de mulheres como reféns, a violação sistemática, a escravatura sexual, a gravidez forçada deverão ser considerados "crimes contra a humanidade" ou "crimes de guerra", se forem cometidos em tempo de conflitos armados.

Os países-membros são obrigados a tomar medidas legislativas e a adoptar medidas



nacionais para prevenir e punir estas agressões, proteger as vítimas, educar e sensibilizar a população e para avaliar e quantificar a extensão do problema.

A criação de bancos com os dados genéticos de agressores sexuais, leis que punam olhares lascivos e humilhações públicas são outras medidas que os Estados do Conselho da Europa devem adoptar para reforçar o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres.

No documento são enumeradas dezenas de medidas concretas, que vão da punição dos autores da violência às mais elementares medidas de prevenção.

Em caso de violência familiar, por exemplo, o agressor deverá ser imediatamente obrigado pelas autoridades policiais a abandonar a residência, mesmo que seja o seu proprietário, de forma a proteger a vítima.

Como medidas preventivas, são apontadas o reforço da iluminação pública em zonas habitacionais e parques de estacionamento ou a colocação de paragens de transportes públicos em zonas vigiadas.

PAULO ALEXANDRE PEREIRA

VIVER A MILITÂNCIA DIA-A-DIA

Os princípios e valores do socialismo democrático devem ser vividos no quotidiano, consubstanciados em palavras e acções. Assim pensa Paulo Alexandre, o militante que esta semana fala ao "Acção Socialista" sobre as suas preocupações políticas e sobre as suas ideias de oposição construtiva. O curriculum de militância que o acompanha desde a adolescência faz deste camarada um crítico consciente, que não escamoteia as indecisões governativas do PS, mas que também defende a obra de gente que faz.

Quando, aos 16 anos, aderiu à Juventude Socialista, após a histórica vitória de Mário Soares nas presidenciais que o opuseram ao centrista Freitas do Amaral, ninguém da família reagiu. Mas, pouco depois de ter entrado para o Secretariado Nacional, no primeiro mandato do António José Seguro, a militância e o trabalho começaram a ser mais intensos e os estudos na Universidade foram deixados temporariamente para trás, causando uma reacção familiar menos positiva.

Porque militância é "lutar pelas causas que se pensam justas e ter voz, pelo menos na secção a que pertencemos", Paulo Alexandre quis ter essa voz, tendo desempenhado diversas funções e desenvolvido actividades no seio da JS e do PS.

No núcleo da JS do Limoeiro, além de ter sido presidente da mesa da Assembleia Geral, foi ainda coordenador e secretário nacional da Organização.

Durante três anos foi membro da Comissão Nacional do PS ao mesmo tempo que era responsável na Federação da JS/FAUL pela área da organização e administração financeira.

Este militante foi nomeado membro honorário da JS em 1996, ano em que coordenou a campanha das eleições regionais da Madeira. Desde então, Paulo Alexandre exerce a sua militância diariamente nas suas opiniões e no seu modo de actuar, prometendo torná-la mais "activa e adequada" em momentos que considere oportunos.

No imediato, o jovem docente defende que a forma de militância que servirá melhor o PS



PERFIL

Nome
Paulo Alexandre da Silva Pereira

Idade
35 anos

Profissão
Professor universitário

Militância
Adere à JS em 1982/83 e inscreve-se no PS em 1984/85

Referências socialistas
Mário Soares, Willy Brandt e Olof Palme

Hobbies
Cinema, estar e passear com a família

na actual conjuntura é a reflexão.

Sendo o maior partido de oposição, o Partido Socialista "deve aproveitar esta oportunidade para reflectir".

Assim, o Paulo Alexandre Pereira propõe a realização de debates abertos à sociedade e sessões de esclarecimento ao nível das concelhias sobre temas actuais, "tantas vezes mal compreendidos e que incluem termos e questões desconhecidas", por forma a "esclarecer as pessoas sobre o que se está a passar no mundo da política".

Quando questionado sobre a actuação do Governo socialista durante os últimos seis anos, o militante faz um balanço positivo, frisando que "o PS, como partido de esquerda que é, deu valor a boas políticas sociais e ambientais que o distinguiram dos partidos à sua direita", mas reconhecendo que, "a determinada altura, o Executivo de António Guterres teve receio de tomar medidas impopulares e algumas reformas ficaram por fazer, como por exemplo, a reforma fiscal ou a da saúde".

Quanto à coligação Durão/Portas, o Paulo mostra-se convencido de que "o novo Governo tem condições para exercer as suas funções e deve exercê-las durante os próximos quatro anos, com ou sem PP".

Na qualidade de docente universitário, Paulo Alexandre Pereira é cauteloso nas previsões sobre a actuação do novo titular da pasta da Educação.

"É contra as ideias defendidas pelos governos de Cavaco Silva, nomeadamente retirou a aprovação de alunos com mais de três negativas", considera, acrescentando que "ainda é muito cedo para podermos sentir os efeitos da separação do ensino secundário do superior".

Paulo Alexandre confessa-se preocupado com a crise orçamental, fazendo votos para que esta "não se transforme numa crise social e económica".

Para isso, o PS deverá estar atento a todas as áreas de governação, "em particular às políticas sociais e à saúde", fazendo uma "oposição com responsabilidade" que tenha em linha de conta "objectivos previamente delineados sobre o que o partido quer para o País".

O Partido Socialista deve, na opinião deste militante, "apresentar sempre alternativas cada vez que rejeite as propostas apresentadas pelo Governo de coligação".

Para isso, os socialistas contam com Ferro Rodrigues, um político que "mostrou coragem e determinação ao assumir a liderança do partido numa altura em que se verificava que não iria ganhar as eleições".

"Mesmo não ganhando as eleições, conseguiu um bom resultado em más condições", recorda Paulo, adiantando que espera que Ferro seja "um bom líder" de uma oposição "responsabilizadora", com a "consciência de quem já fez parte de um Governo do País".

Lá fora, a situação instável no Médio Oriente é um problema que preocupa este militante, "não só por causa da guerra e das pessoas que sofrem de ambos os lados, como pelas repercussões que tem a nível global".

A viragem à direita a que se assiste um pouco por toda a Europa é também motivo de apreensão para este camarada, que defende uma urgente "análise das razões que levam as pessoas a votar em partidos que defendem opiniões radicais e extremistas".

"Todos os partidos devem tentar perceber essas razões e apresentar as suas soluções", reafirma Paulo Alexandre, citando como exemplo o problema da imigração de pessoas dos países de Leste e de países em guerra, considerando que deve ser um tema a debater a nível da União Europeia.

Por cá, "o Governo português deve tomar medidas que evitem a insegurança e a precariedade das condições de vida dos cidadãos estrangeiros residentes no nosso país", combatendo a exclusão social e a marginalidade, "para que exemplos como o francês não se repitam a nível interno".

MARY RODRIGUES

IMPRESCINDÍVEL REVIGORAR O SISTEMA POLÍTICO

A reforma do sistema político é fundamental para o revigoramento da nossa democracia, apesar da sua juventude.

Tendo essa consciência, o PS avançou na passada semana com a apresentação do projecto-lei sobre a reforma da lei eleitoral, pois sendo esta a “a mãe de todas as leis da reforma do sistema político”, é por aí que se deve começar. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Alberto Martins, o principal responsável pelo diploma, pormenoriza os pontos de vista do PS vertidos no documento entregue na Assembleia da República, que pretende assegurar mais competitividade eleitoral, maior personalização e responsabilização na apresentação de candidaturas e no cumprimento dos mandatos parlamentares.

Acredita que a reforma da lei eleitoral vai finalmente avançar?

Creio que há uma grande consciência da necessidade por parte dos cidadãos portugueses quanto à reforma do sistema político. Penso que é absolutamente imprescindível termos consciência de que a abstenção eleitoral tem aumentado progressivamente em todas as eleições, sobretudo nas legislativas. Tem havido uma perda crescente de identificação dos cidadãos com os partidos políticos.

De acordo com estudos sociológicos, metade dos cidadãos portugueses eleitores não se identifica com nenhum partido, verificando-se uma crescente perda de confiança na política e nos políticos. Por isso, é absolutamente imprescindível que algo mude no sentido de revigorarmos o sistema.

A lei eleitoral para a Assembleia da República é, de certa forma, matricial. Podemos dizer que é a mãe de todas as leis da reforma do sistema político, porque a sua alteração implica modificações ou, pelo menos, ajustamentos no sistema partidário, no recrutamento dos candidatos aos órgãos electivos e, por isso, é um instrumento essencial. Se os partidos não assumirem a consciência desta necessidade temos um problema, uma questão, aliás, que o Partido Socialista está a assumir.

Havia um consenso relativamente à criação dos círculos nominais que passava por um entendimento entre o PSD e o PS. O PSD prepara-se, ao que



tudo indica, para recuar, dando o dito por não dito. Se assim for, o processo pode ficar bloqueado?

A lei eleitoral da Assembleia da República é paraconstitucional, isto é, implica uma votação por maioria de dois terços, logo, só pode obter venciamento com a conjunção de contactos e de interesses dos dois maiores partidos, do PS e do PSD.

A questão dos círculos nominais está no texto constitucional, isto é, a revisão de 97 da Constituição consagrou a possibilidade de haver um círculo nacional e círculos uninominais.

A razão de ser dos círculos uninominais é a de personalizar a escolha dos cidadãos. Neste momento os portugueses escolhem os seus deputados por distrito e escolhem os partidos. Aquilo a que se tem assistido é a uma crescente personalização da escolha, quando sabemos que mesmo os cabeças-de-lista nos diversos círculos eleitorais entraram em perda crescente de referência, uma vez que, em relação aos dois maiores partidos, as atenções centram-se basicamente no candidato a primeiro-ministro. Portanto, a escolha da Assembleia da República acaba por ser partidária.

A nossa proposta, ao consagrar a ideia dos círculos uninominais, permite a cada cidadão eleitor escolher, ao mesmo tempo um deputado — o deputado que prefere para o seu círculo territorial — e vote no seu partido. Assim, cada

cidadão tem um duplo voto significando, portanto, que se trata de um círculo de representação proporcional personalizado. Sabemos pela experiência do próprio sistema eleitoral português que o grau de participação aumenta proporcionalmente à competitividade personalizada no caso das eleições autárquicas ou presidenciais.

Mas esse modelo que tem vindo a ser defendido pelo PS não pode pôr em causa a existência parlamentar dos pequenos partidos?

Não. Em termos de representação proporcional, este modelo não põe absolutamente em causa a representação proporcional dos partidos. Pelo contrário, até pode gerar um pequeno acréscimo de proporcionalidade ao permitir que, nos círculos onde os pequenos partidos não elegem deputados, os votos possam ser utilizados no círculo nacional. Dito de outro modo, os votos desaproveitados no círculo eleitoral são todos contados no círculo nacional permitindo que se possam eleger deputados. Assim, a proporcionalidade, sempre de acordo com a regra de Hondt, é garantida nos círculos de apuramento, que são os círculos distritais, tal como existem hoje, bem como no círculo nacional. Agora, o que pode ser dito, é que nos círculos uninominais o conflito político ou o debate político se situa sobretudo entre os dois

maiores partidos ou nos partidos com maior competitividade, e que isso pode induzir uma dinâmica desfavorável para os pequenos partidos. Sobre essa matéria nada se sabe. Não há estudos, nós fizemos uma simulação na base dos resultados de 97 e 99, relativamente a todos os partidos, sobretudo ao partido mais pequeno que tinha então dois deputados, o Bloco de Esquerda, e não havia qualquer redução da representação de deputados desses partidos.

Não há estudo nenhum feito para as últimas legislativas?

Não há estudos sobre isso, os estudos deveriam ser feitos.

E mantinha-se a mesma representatividade?

O objectivo era que esta proposta não constituísse nenhuma forma de engenharia eleitoral para reduzir a representação dos pequenos partidos. Não é esse o objectivo. A ideia é garantir uma maior aproximação dos eleitores aos eleitos pela via da escolha proporcional.

Mas o modelo, proposto, dada a sua complexidade, não poderá afastar, em vez de aproximar, os cidadãos desta reforma eleitoral?

Não. Todos os modelos eleitorais explicados na suas fórmulas são sempre fórmulas matemáticas,

o método de Hondt, a eleição pelo método Hondt, em representação proporcional, é feita com base numa fórmula matemática. O modelo proposto também o será.

Mas é mais perceptível pelo cidadão comum?

Não. Em termos de cidadão é muito simples. Nós agora votamos numa lista com os partidos. Depois passaríamos a votar numa lista em que figuram, por um lado, os partidos e, por outro lado, os nomes dos candidatos.

Como seria o boletim de voto?

Seria um boletim com o voto em lista e o voto uninominal. O voto em lista é o correspondente ao voto que existe hoje. O outro refere-se ao nome dos candidatos. O eleitor escolhe o candidato que quer. Digamos, em termos práticos, que a complexidade que está a ser feita é a complexidade que existe hoje, por parte da representação proporcional do método de Hondt. Se for perguntar à generalidade dos cidadãos que votam, como é a representação proporcional por método de Hondt em termos de fórmula matemática, as pessoas não sabem, mas sabem que votam numa lista que tem os partidos e que passarão a votar numa lista onde de um lado têm partidos e do outro têm os nomes das pessoas. Penso que não haverá quaisquer dificuldades. Aliás, este método e esta fórmula já foram testados.

Qual é o modelo inspirador do projecto-lei do PS?

O modelo em que nos inspiramos vem da Alemanha, apresentando duas diferenças substanciais. Por um lado, na versão germânica existe uma cláusula-barreira: é preciso uma representação mínima de cinco por cento para que os partidos tenham assento parlamentar e, por outro lado, os votantes supranumerários podem, nos círculos uninominais, alargar o número de deputados. Na nossa proposta isso não acontece, uma vez que os nossos supranumerários, em termos de candidatura, entrarão no círculo nacional.

Pode um candidato apresentar-se aos três círculos?

Não. O candidato só se pode apresentar, de acordo com a fórmula final que nós apuramos, em dois círculos: no círculo nacional ou parcial ou distrital. Pode ainda apresentar-se a um desses dois círculos e ao círculo nacional. Mas só se pode apresentar a dois círculos.

Por uma questão de linguagem, não seria mais fácil manter a designação de círculo distrital em vez de parcial?

A dificuldade é a seguinte: o círculo parcial, na maior parte dos casos, é círculo distrital, que é o correspondente aos distritos. Só que há dois círculos parciais que não são correspondentes aos distritos, como é o caso dos círculos dos Açores e da Madeira, que são círculos parciais e não têm círculos uninominais e os círculos fora da Europa; portanto, o dos residentes no estrangeiro.

Aí não há voto uninominal, nem círculos uninominais. Tudo o resto existe. As pessoas continuam a ter um voto que tem uma dupla sequência em termos de apuramento: um apuramento para o círculo parcial e outro para o círculo nacional. Note-se que os círculos de apuramento, vendo as coisas em termos de



contas, são círculos distritais tal qual como hoje existem e o círculo nominal passará a existir -- como reforço da proporcionalidade. Há outra questão que separa, neste momento, a proposta do PS da do PSD para se formar o leque constitucional e que se prende com o número de deputados. Nós prevemos 230 e o PSD pretende reduzir a representatividade a 180 parlamentares.

Há algum consenso nesta matéria?

É bom que tenhamos um ponto de partida. Não existe, neste momento, uma proposta pública conhecida de consenso, que seja identificável como proposta do PSD. A nossa é conhecida, a do PSD não é.

No passado, o PSD fez ponto de honra na delimitação dos círculos e na redução do número de deputados. No programa eleitoral que apresentámos a sufrágio nas últimas eleições, nós admitimos a referida redução. Deixou de constituir um tabu a questão da redução do número de parlamentares.

Devemos ter presente que, para além de uma certa redução (a redução pode implicar riscos que ponham em causa a proporcionalidade e a representatividade do sistema), nós não queremos um sistema para excluir partidos, nem que ponha em causa a proporcionalidade. Estão feitos estudos de simulação sobre os resultados eleitorais para os mapas dos círculos uninominais de candidatura. Documentos que são públicos e mandados fazer no âmbito do Ministério da Reforma de Estado e da Administração Pública, na altura tutelado por mim. Há ainda uma simulação, com base nos resultados de 99, sobre as consequências da redução dos diversos números de deputados cinco, dez e quinze, etc. Portanto, podemos, apoiados nesses estudos, avaliar as consequências em termos de modelo. O objectivo não é excluir partidos, nem representações. Não pretendemos criar dinâmicas perversas no sistema democrático. Queremos personalizá-lo, respondendo a uma necessidade que é sentida pelos cidadãos de maior confiança no sistema político.

O PS está disposto a diminuir o número de deputados ou mantém a proposta de 230?

O ponto de partida da proposta é 230 parlamentares. A disponibilidade de reduzir esse número está afirmada no nosso programa de Governo e no programa eleitoral.

Dois temas novos estão em cima da mesa: a paridade e o estudo de formas de voto electrónico. Porquê a opção por estes dois temas?

Estes dois temas faziam já parte da proposta do nosso programa eleitoral. O objectivo da paridade é constitucional e visa criar condições de uma representação equilibrada. A questão coloca-se relativamente à participação das mulheres na vida política. A ideia é criar mecanismos que possam garantir a igualdade de oportunidades e a igualdade efectiva de realização dessas oportunidades.

Estava na nossa lei, no projecto anterior da lei eleitoral para a Assembleia da República, que

esse tema seria discutido autonomamente. Há um grupo de trabalho coordenado pela deputada Maria de Belém que tem vindo a debruçar-se sobre essa matéria. Creio que já foram avançadas soluções para esse ponto. O grupo parlamentar entendeu que esta não é uma matéria própria da lei eleitoral para Assembleia da República, dizendo respeito a todas as leis eleitorais devendo ser tratada numa base mais abrangente e transversal.

Relativamente ao voto electrónico, trata-se de uma evolução natural no sentido de se criarem condições para que a democracia electrónica faça parte da vida quotidiana com segurança. Mas, levanta-se a problemática da confidencialidade, da segurança e do controlo. Da mesma forma que nós, hoje, podemos fazer com segurança os nossos levantamentos, ou pela via digital, fazer as nossas assinaturas electrónicas, tem que haver condições para que se vote, de forma segura e controlada. Para isso devem ser feitos estudos.

É imaginável o dia em possamos votar no multibanco?

É imaginável, sim. Agora, todas essas medidas têm de ser implementadas com prudência e com rigor, olhando para as experiências feitas no estrangeiro. Há voto electrónico na Holanda, na Bélgica e no Brasil. Essa é uma questão que está a ser discutida nalguns países. Na Inglaterra está a ser objecto de debate. Trata-se de uma matéria à qual não podemos ficar indiferentes. O grupo parlamentar vai estudar essas questões, seguramente com consistência e segurança, admito que a solução deve ser encontrada com base em iniciativas exemplares localizadas.

Entre a última iniciativa legislativa do anterior Governo e o actual projecto-lei, quais são as diferenças que assinalava?

A diferença mais significativa, que, aliás, consta na exposição de motivos do projecto, é a divisão em círculos distritais. Este modelo abandona a agregação de círculos de pendor regional e faz uma divisão em círculos distritais, consagrando o voto presencial.

Que tem como consequência o prazo para a formação do Governo?

Sim, encurta os prazos para a formação do Governo e é um voto com maior fiabilidade. Obtivemos vencimento desta nossa proposta de voto presencial na lei para escolha do Presidente de República pelos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. Faz todo o sentido que nesta lei, por igualdade de razões, de consistência, de fiabilidade, de credibilidade, o voto também seja presencial. Acessoriamente, a presencialidade leva também ao encurtamento dos prazos para a constituição do Governo.

Uma outra medida é a dupla candidatura, contrariamente à proposta anterior, que admitia uma tripla candidatura ao círculo uninominal, ao círculo parcial e ao círculo nacional. Existe a ideia de que as candidaturas implicam o risco da não consagração absoluta.

Recordo, a título de exemplo negativo, o que aconteceu mais do que uma vez na Alemanha, em que o chanceler Kohl foi derrotado no círculo uninominal e depois foi eleito no círculo nacional e foi chanceler apesar disso.

Por outro lado, temos uma solução mais precisa em termos de delimitação dos círculos uninominais. É indiferente para representação

PROPOSTA DE CÍRCULOS UNINOMINAIS



MIGRAÇÕES

*Aprender a viver juntos
sem dissimulações na cooperação
e na solidariedade, como cidadãos,
é um percurso exigente, mas o único
que assegurará níveis elevados
de integração e coesão social.*

José Leitão



Com as contribuições de

Carlos Luís
Carlos Zominho
Celeste Correia
Inácio Mota da Silva
João Rui de Almeida
José Leitão
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Nuno Severiano Teixeira
Paulo Flisco
Romualda Fernandes

proporcional destes círculos a sua delimitação, isto é, a delimitação geográfica dos círculos uninominais é feita com base na percentagem de eleitores. Segundo a nossa proposta, teremos cerca de 100, 103 104 círculos uninominais, cuja delimitação territorial será obtido a partir da divisão do território continental pelo número de eleitores. Uma das regras dessa delimitação territorial é que os círculos uninominais sejam homogéneos, contíguos e com compacidade, ou seja, devem ter o menor corte artificial, sendo certo que os municípios maiores podem ser objecto de divisão em vários círculos uninominais. Esse desenho é feito de uma forma mais rigorosa neste processo, na base dos estudos das entidades universitárias que foram encarregadas de definir o mapa para o recenseamento.

Na reunião parlamentar em que este documento foi discutido foram introduzidas algumas alterações?

Foram introduzidas pequenas alterações. A alteração mais significativa foi a respeitante ao número de votos, admitindo-se a dupla candidatura e não a tripla. A outra respeito à fixação do número limite de candidaturas para evitar que em qualquer circunstância pudesse haver candidaturas ou a indução de partidos regionais que, como sabe, são proibidos pela Constituição.

No âmbito da reforma do sistema político mais geral, uma das questões que está na ordem do dia é a do financiamento dos partidos. Em seu entender, a solução deve ser manter o modelo actual ou evoluir-se para uma situação de financiamento exclusivo público, como parece ser a tendência dominante?

O nosso programa eleitoral apontava para o financiamento exclusivamente público, sem prejuízo dos financiamentos normais fruto das quotizações dos membros dos partidos. Estou de acordo com essas soluções. Mas, a meu ver, o grande problema não são os financiamentos declarados, os financiamentos reais, e sim os ocultos. Esta é a questão decisiva. Por isso, financiamento público, privado ou misto, o problema essencial reside nos mecanismos de controlo e de fiscalização. Devemos reforçar os instrumentos, dando, eventualmente, maiores poderes aos órgãos fiscalizadores no sentido, sobretudo, de terem capacidade para fiscalizar as receitas e as despesas.

Qual a solução proposta pelo PS relativamente à questão da duração dos cargos políticos, nomeadamente nas funções executivas?

No programa eleitoral fazemos também uma opção sobre essa matéria ao dizer que estamos disponíveis para encarar a delimitação dos mandatos dos cargos executivos. Por isso, não devemos limitar esta questão aos autarcas, o que seria uma forma segregacionista de analisá-la. O que está em jogo é o princípio republicano do carácter não vitalício dos cargos políticos. Portanto, o princípio de renovação electiva dos mesmos deve ser muito bem definido em toda a sua dimensão. No programa eleitoral dizemos que deve haver limitação dos mandatos nos cargos de natureza executiva, e fazemos uma referência concreta aos cargos da administração indirecta do Estado, aos

institutos públicos e às entidades públicas reguladoras às autoridades independentes de revelação, portanto à administração independente do Estado. Enquanto ministro da Reforma do Estado do anterior Governo apresentei à Assembleia da República uma lei sobre os institutos públicos que limitava o mandato dos órgãos dirigentes destes. Também no âmbito do anterior Executivo, uma das batalhas que se perdeu foi a batalha da regionalização, o que fez cair por terra todo o edifício jurídico que estava a ser construído para a reforma da administração e do Estado em Portugal. Agora, o novo Governo aparece com a promessa da extinção dos governadores civis, sem que se veja ou anteveja uma proposta de uma autarquia a nível intermédio.

Como é que encara esta proposta do PSD de acabar com os governos civis?

Esta proposta, como se viu, ficou-se pela proclamação. Aliás, é público que foram nomeados governadores e que alguns foram destacados dirigentes do PSD. Portanto, nessa matéria e vontade do PSD estamos conversados. Por outro lado, os governadores civis constam no texto constitucional, tal como consta a regionalização, e, na nossa proposta, a eliminação dos governadores civis era feita na sequência da consagração constitucional das regiões administrativas. Deixava de fazer sentido, havendo uma estrutura organizacional territorial e intermédia que houvesse governadores civis, mas fazia sentido sim, e era a proposta que estava no texto constitucional, vigente, a existência de um governador ou de um representante do Estado junto das regiões. Governadores civis e de pendor distrital deixavam de fazer sentido com o desaparecimento do distrito enquanto autarquia, enquanto organização territorial. Com o surgimento de uma autarquia territorial-região, os valores desapareciam, mas havia alguém que tinha funções de desconcentração junto dessa autarquia regional.

Relativamente à comissão eleitoral para a reforma do sistema político agora criada considera que estão criadas as condições para se avançar mesmo para essa reforma?

O grupo parlamentar e o Partido Socialista deram o seu acordo à constituição dessa comissão. Creio que pode ser um organismo significativo e importante para que, de um modo especializado, os diversos grupos parlamentares discutam as questões que estão na ordem do dia relativamente à reforma do sistema político, independentemente das propostas. A questão do sistema eleitoral, do financiamento dos partidos, a questão do estatuto dos partidos políticos, da limitação dos mandatos, a forma de exercício de democracia e a renovação da democracia são *dossiers* actuais e importante o que justifica espero, que se consigam resultados positivos no sentido de aprofundarmos a democracia. Não há limites para o aprofundamento do regime democrático. Constatamos que nos nossos dias, ele é interpelado e está a responder com dificuldades aos novos movimentos sociais.

A reforma dos parlamentos, dos partidos, do sistema político no seu todo é uma tarefa absolutamente essencial e urgente. Espero, por isso, que todos os grupos parlamentares assumam as suas responsabilidades e tenham consciência dessa necessidade.

PRESIDENCIAIS FRANCESAS

O TRIUNFO DA DEMOCRACIA

A França respirou de alívio no passado domingo, quando os resultados da segunda volta das presidenciais exorcizou o fantasma antidemocrático que estremeceu o eleitorado afecto aos vários quadrantes político-partidários daquele país. Afinal, cinco anos passam depressa e o importante era salvar a democracia.

A 21 de Abril, a nação francesa tremeu ao ver Jean-Marie Le Pen, candidato da Frente Nacional (FN), passar à segunda volta eleitoral, afastando o candidato socialista Lionel Jospin. Desde então, os franceses viveram num sobressalto e numa ansiedade inconformada que os fez sair à rua quotidianamente para protestarem.

O movimento popular culminou com a demonstração de força do 1º de Maio, em que mais de meio milhão de pessoas invadiram as principais artérias parisienses.

Foi este contexto verdadeiramente excepcional que criou condições para que o candidato da direita tivesse sido (re)eleito com um resultado esmagador e histórico que se viu.

O candidato neogaullista do movimento RPR, Jacques Chirac, obteve 82,1 por cento dos votos, enquanto o candidato da extrema-direita se ficou pelos 17,9 por cento, o que, apesar de ter sido o melhor resultado obtido pela FN em eleições presidenciais, se situa muito aquém das suas expectativas que apontavam para 30 por cento.

Na segunda volta das presidenciais, Le Pen não conseguiu um único voto que tivesse chegado do exterior da órbita da extrema-direita francesa.

Aquilo que foi qualificado de referendo contra Le Pen transformou-se num plebiscito em torno do candidato da direita que bateu todos os recordes da V República.

Mas este resultado é qualificado por alguns analistas políticos como "enganador", uma vez que retira a Chirac a credibilidade dos números que o conduziram a mais cinco anos no Eliseu. O Presidente reeleito teve um triunfo amargo. O candidato neogaullista deve a sua estrondosa vitória aos votos da esquerda, votos que ideologicamente não lhe pertenciam, nem ao seu projecto.

Chirac não teve, no passado domingo, razões válidas para festejar de forma triunfal. O homem que grande parte da esquerda elegeu sem ocultar que votava no "escroque" para evitar o perigo do "facho" viveu um dilema. Sabia que quanto mais expressiva fosse a sua vitória maior seria o crédito das oposições de esquerda.

Há quem diga que os grandes vencedores deste escrutínio excepcional foram a república democrática e o povo francês que, num repentino despertar, reconheceu que se tinha enganado na primeira volta, passando rapidamente à emenda do erro.



Para já, uma boa notícia para a democracia é que Le Pen, já com 74 anos, fez destas eleições o último combate da sua vida. Dentro de cinco anos este animal político, de retórica extremista e demagógica, estará já com uma idade que não lhe permitirá sonhar com o Eliseu.

Esquerda em recuperação

Na Praça da Bastilha, milhares de pessoas fizeram a festa do alívio. O fantasma do totalitarismo tinha sido afugentado e a pátria da utopia, do sonho, e do "é proibido proibir",

cumprindo a missão de exemplaridade ideológica que a França ilustrou durante quase dois séculos.

O forte abalo político e cultural, que se fez sentir nas bases da sociedade francesa, com o anúncio da derrota e afastamento de Jospin e, sobretudo, com no inacreditável sucesso de Le Pen teve efeitos terapêuticos.

A esquerda está a recompor-se do golpe da primeira volta das presidenciais enquanto Chirac se interroga, e com razão, sobre quantos dos seus votos eram genuínos e capazes de se repetirem, sinal inequívoco de que a nova batalha das legislativas começou.

As feridas que se abriram na mitologia de esquerda começam a ser tratadas, mas é preciso não esquecer que o fenómeno que se deu na França não é nem é mais nem menos perigoso para a democracia que alguns outros fenómenos do mesmo género na Europa.

A esquerda deve assumir que foi surpreendida nas urnas, mas reivindicar que continua viva e vigilante, disponível para o serviço da causa pública. A prová-lo está a atitude de Lionel Jospin. O antigo primeiro-ministro, não podendo impedir a vitória do seu adversário e com ela o triunfo da direita, cumpriu o dever democrático pedindo aos seus camaradas socialistas para barrar o caminho de Le Pen. Jospin não deixou de preservar o ainda possível espaço da esquerda socialista que ele representou durante cinco anos de mortífera coabitação institucional com a direita.

Enquanto na Praça da Bastilha se juntavam milhares de jovens para celebrar a derrota Le Pen e o não francês às teses de discriminação e de regressão da extrema-direita os líderes da esquerda do país da Revolução frisavam que a reeleição de Jacques Chirac era "uma vitória da República, e que a esquerda fez mais do que o seu dever no escrutínio".

Aguardemos agora pela terceira volta das presidenciais, ou seja, vamos ver como fica a França depois das próximas legislativas marcadas para Junho.

OLHARES DE FORA

Romano Prodi – presidente da Comissão Europeia

A Europa é uma união de nações e de povos e o povo francês demonstrou, mais uma vez, que a sua nação pertence ao coração da Europa

Tony Blair – primeiro-ministro britânico

A reeleição de Jacques Chirac foi "uma vitória para a democracia e uma derrota para o extremismo e a política repugnante que representa Le Pen

Gerhard Schroeder – chanceler alemão

O povo francês rejeitou, sem ambiguidades, o extremismo [porque] uma política [como a de Le Pen] de demagogia, de desprezo pelos nossos valores comuns e de abandono da Europa não era um modelo de futuro

PRESIDENCIAIS FRANCESAS

LEITURAS SOCIALISTAS

Depois do sobressalto democrático que pôs a França nas bocas do mundo, é tempo de reflexão. As atenções viram-se agora para as eleições legislativas que, já em Junho próximo, definirão o perfil parlamentar francês. O "Acção Socialista" ouviu as opiniões de alguns camaradas que acompanharam o "fenómeno" eleitoral das presidenciais francesas, regista as diferentes análises e algumas ideias sobre o futuro político do país da Revolução da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Manuel Almeida, presidente da Federação do PS/França, seguiu a par e passo a formação, na rua, de "uma frente republicana", após os resultados da primeira volta das presidenciais francesas que apuraram Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen, deixando a esquerda fora da corrida.

A calma voltou ao núcleo socialista e à sociedade francesa em geral no domingo, quando o povo escolheu o menor dos males, o candidato neogaulista, afastando o extremista de direita, cujo discurso xenófobo e intolerante agudizou preocupações e ansiedades na comunidade portuguesa imigrante em França.

Segundo o camarada Manuel Almeida, "o resultado da segunda volta foi para além das expectativas, mesmo depois de todas as manifestações que a esquerda organizou".

O "voto protestatário" contra Le Pen reelegu esmagadoramente Chirac, mas a recondução deste para cargo de Presidente da República é "pouco legitimada", considera o líder do PS/França, para quem a legitimação do mandato "acontecerá ou não nas próximas eleições legislativas", e, se não acontecer, ou seja, se a esquerda conseguir uma maioria parlamentar, "o rei ficará nú".

Mas, a batalha não se apresenta fácil, embora seja possível uma nova coabitação no Elíseu. Afinal, "a esquerda reforçada demonstrou à direita que não deve ser substituída".

Manuel Almeida faz referência a uma sondagem recente, apontando para 35 das intenções de voto favoráveis à esquerda unida e 38 por cento para a esquerda plural. Por isso, uma vitória socialista não está posta de parte.

"Tudo dependerá das negociações". As divisões na ala esquerda do espectro político francês levantam obstáculos a uma maioria de esquerda no parlamento embora não a "impossibilite", mas o camarada Manuel Almeida mostra-se confiante numa "reação pró-democrática a favor do PS e das forças da esquerda francesa que este aglutina à sua volta".

Afinal, explica, "o voto útil a favor do PS é a única alternativa à perigosa união da direita",



e isso foi percebido e manifestado por muitos jovens, potenciais votantes à esquerda.

Tendência para o equilíbrio

Também a secretária-geral da JS, Jamila Madeira, sublinha a movimentação político-social que teve a juventude francesa como motor.

A líder da "jota" evidencia que foram as "gerações mais jovens que, desde Maio de 68, operaram a viragem à esquerda" na França, tendência essa que, afirma, se tem consolidado.

"Foi com muito orgulho que assisti à mobilização do povo francês em defesa da causa democrática e republicana", afirma a jovem líder, reivindicando para a Juventude Socialista um papel mobilizador no contexto político nacional, "travando lutas por Portugal, gritando que a intolerância não é a nossa política e que é possível viver numa sociedade de liberdade, com preocupações sociais".

Olhando para o futuro próximo, Jamila Madeira não exclui a hipótese de uma vitória da esquerda francesa nas eleições legislativas, explicando que na França, a segunda volta das presidenciais deixa perceber a necessidade de se alcançar um certo equilíbrio no poder".

Tudo em aberto

Para José Lamego, secretário nacional do

Partido Socialista para as relações internacionais, "tudo está em aberto nas eleições francesas de Junho".

Manifestamente satisfeito com o isolamento da Frente Nacional, Lamego não arrisca prognósticos para a próxima contenda eleitoral na França, embora acredite numa "recuperação rápida da esquerda".

Apesar de defender que o facto de Jacques Chirac ter sido reeleito Presidente com votos socialistas e comunistas não retira legitimidade ao resultado estrondoso e histórico que este conseguiu no passado domingo, José Lamego ressalva que "quem votou no candidato da direita mas é de esquerda não está obviamente cativo desse acto, podendo votar em conformidade com as suas convicções no próximo sufrágio".

Plebiscito diário

"A França demonstrou que há resultados eleitorais imprevisíveis e inesperados", constata Carlos Lage, o presidente da delegação portuguesa do PS no Parlamento Europeu. E porque no mercado político podem surgir grandes surpresas é preciso não esquecer que "a democracia é um plebiscito todos os dias".

O fenómeno francês deve ser, passado o sobressalto, analisado em profundidade. "Esta emergência da extrema-direita na paisagem política europeia tem de ser motivo

de reflexão" por tratar-se de "um fenómeno que nos faz pensar sobre a natureza das sociedades dos nossos dias e nas ameaças que se levantam hoje contra a democracia".

Apesar de considerar que o regime democrático não está posto em causa no Velho Continente, Carlos Lage assinala sérios sinais de que ele deve ser defendido e enriquecido.

Quanto aos 82 por cento de votos que elegeram o Presidente que se sucede a si mesmo, o líder dos socialistas portugueses no PE afirma que, apesar das diferentes leituras, é preciso reconhecer que Jacques Chirac teve "a maior vitória eleitoral na história francesa" e que a derrota de Lionel Jospin "liquidou o modelo político de esquerda em França" que este defendia.

Olhando para a "terceira volta" eleitoral agendada para Junho, Carlos Lage considera que "muito dificilmente haverá uma maioria de esquerda no Parlamento".

"Apesar de Chirac se ter reeleito com votos socialistas e comunistas, a sua vitória criou um *elan* positivo que lhe facilita a formação de um governo de centro-direita", considera o eurodeputado, acrescentando que a longa experiência da coabitação suscita dúvidas e levanta suspeitas sobre as vantagens da "ambiguidade política", sem deixar de ressaltar que "a esquerda francesa dispõe ainda de fortes argumentos a seu favor".

MARY RODRIGUES



Sejamos sérios e exigentes. Não transformemos a luta política numa confrontação de deturpações ínvias do passado mais próximo.

Numa simples frase, de forma clara e lapidária, a direcção parlamentar do PSD enunciou um princípio político fundamental para o seu partido. A frase é a seguinte: "Quem ganha fica por cima e quem perde fica por baixo." Foi proferida no contexto da discussão sobre a instalação física dos grupos parlamentares no novo edifício da Assembleia da República, mas comporta um significado mais amplo de que a simples voracidade espacial que também exprime. É mais do que uma atitude, assume quase o lugar de uma doutrina. Não aponta apenas para a arrogância dos comportamentos, indicia já a inclemência dos poderosos para quem a espécie humana se divide em duas categorias, a dos vencedores e a dos vencidos. A uns a glória, a outros o opróbrio. Nesta projecção geométrica simplista e simbolicamente primária revela-se, afinal de contas, toda uma visão do mundo.

É verdade que o PSD venceu as eleições e por essa via adquiriu legitimidade democrática para governar e exercer o poder político nos termos constitucionalmente definidos. Obteve esse direito e contraiu esse dever. Mas não deixa de ser curioso que, logo nas suas primeiras decisões, se tenha salientado, por um lado, pela insistência obsessiva na exteriorização desse poder e, por outro, na revogação imediata de um compromisso eleitoral assumido para com os portugueses, o de não proceder ao aumento da carga fiscal. O PSD que acha que quem ganha fica por cima é o mesmo que entende que quem promete não tem obrigação de cumprir. Revela mais afoiteza em ocupar novos gabinetes do que em concretizar o seu projecto eleitoral. Convenhamos que esta não é a forma mais brilhante de alguém se iniciar no desempenho de funções governativas.

Para tentar apagar esta mentira original da sua governação, o actual Executivo e os dois partidos que o integram e apoiam, têm vindo a levar a cabo uma monumental campanha de propaganda política, assente numa grosseira falsificação da história recente. É certo que em política as heranças são sempre pesadas, os trabalhos por definição hercúleos, as dificuldades naturalmente imensas e o génio de cada um praticamente insuperável. Os que chegam, ofuscados pelo brilho da novidade e ainda embriagados pelo prazer da vitória, tendem a pensar que tudo começa com eles. Mas mesmo partindo deste olhar indulgente, não podemos aceitar a retórica propagandística desta maioria de direita. O retrato que fazem de Portugal não corresponde à realidade. O País está hoje, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista estritamente orçamental, melhor do que estava em 95. Se agora está de tanga, em que estado estaria então? Exibindo despudoradamente um corpo à beira da inanidade?

Sejamos sérios e exigentes. Não transformemos a luta política numa confrontação de deturpações ínvias

A inquietação social lançada por Le Pen e seus apoiantes não poderá repousar exclusivamente sobre os franceses, devendo envolver também todos os europeus que comungam ideais de solidariedade e coesão e desejam para a Europa uma Paz e um Desenvolvimento duradouros.

Não temos cinco milhões de fascistas em França, temos sim cinco milhões de desesperados. Esta frase proferida, na campanha eleitoral, entre as duas voltas da eleição presidencial, colocou o dedo na ferida e ajudou a explicar o sucesso relativo da extrema-direita francesa naquela eleição.

Com a esmagadora vitória de Jacques Chirac poderá parecer que a acalmia e a tranquilidade regressaram ao quotidiano político dos franceses.

Mas tal não é inteiramente verdade.

Depois do que se passou nas últimas semanas e seguramente do que ocorrerá como consequência desses acontecimentos políticos e sociais dentro de poucos dias, nada ficará como dantes.

É pois importante que todos meditemos e nos preocupemos com isso.

A inquietação social lançada por Le Pen e seus apoiantes não poderá repousar exclusivamente sobre os franceses, devendo envolver também todos os europeus que comungam ideais de solidariedade e coesão e desejam para a Europa uma Paz e um Desenvolvimento duradouros. Se assim não for, o desespero dos actuais cinco milhões de franceses pode transformar-se, a curto prazo, no desespero de muitos e muitos mais.

De resto, não escasseiam infelizmente os indícios de que, aqui e além, podem estar a surgir formas larvares de contestação ou a reforçar-se modelos e projectos que visam, no essencial, pôr em causa o sistema de valores adquiridos nas sociedades democráticas e abertas que, não o esqueçamos, são os responsáveis por um período longo de Paz e Prosperidade no Continente. É hoje indissociável o divórcio existente entre os eleitos políticos e os eleitores que é suposto aqueles representarem.

Uma parte significativa dos eleitores não se reconhece nos métodos e nos actos de alguns dos mais destacados interventores políticos.

Por isso, se afasta, por isso se abstém, por isso, às vezes, vota contra o sistema.

É esta a verdadeira razão do desespero a que aludia o cidadão francês que comecei por citar no início deste escrito.

Com efeito, não há no plano económico razões profundas, para tão profunda contestação.

O crescimento económico da Europa é positivo.

A Europa não entrou em recessão como se temia, e as expectativas para os próximos anos (já a partir de 2003) aproximam esse crescimento do valor potencial reconhecido como mais saudável (3 por cento) sem grandes desequilíbrios macroeconómicos.

O desemprego e a exclusão social têm sido contidos e combatidos com programas justos e adequados.

É certo que se verifica ainda uma enorme incidência de desemprego, junto das camadas mais jovens, mas, especificamente para estes sectores sociais, têm vindo também a ser desenvolvidas as necessárias e adequadas políticas.

O desespero dos europeus que é o verdadeiro caldo de cultura do avanço da extrema direita e

A REALIDADE E O SEU RETRATO

do passado mais próximo. Em seis anos de governação do PS cometeram-se certamente vários erros, pelos quais já fomos aliás eleitoralmente penalizados. Mas nos aspectos essenciais alcançamos os objectivos preconizados. Conduzimos o País ao núcleo dos estados fundadores do Euro, reforçamos o investimento público, investimos fortemente na educação e na formação profissional, na ciência e na inovação tecnológicas, levamos a cabo uma política cultural séria e coerente, aumentámos o peso das despesas sociais no conjunto da despesa pública e demos passos significativos no processo de consolidação orçamental. Não podemos por isso mesmo assistir impavidamente a este julgamento sumário que a direita nos quer fazer. Não permitiríamos que nos imponham como oficial a esta versão falseada da história. Nem tão pouco poderão contar com o nosso silêncio perante o incumprimento dos seus próprios propósitos eleitorais ou a adopção de medidas que, no nosso entendimento, prejudiquem os portugueses. O País espera do PS uma oposição construtiva e responsável, mas igualmente firme e contundente. A democracia alimenta-se deste confronto que nenhum hipotético estado de graça deve atenuar sob pena de acentuar um certo estado de desgraça que tende a atingir quem acaba de perder eleições. Que o Governo governe sem subterfúgios nem alibis, que a oposição fiscalize e enuncie caminhos alternativos sem tibiezas nem complexos. Uns e outros tendo consciência de que as posições na vida política. É por isso mesmo que até para os actuais dirigentes parlamentares do PSD chegará o dia do arrependimento em relação à atitude voraz e arrogante agora exibida na questão da distribuição de espaços pela AR. Resta-nos esperar pelo dia em que os elevadores avariem na AR. E, como sabemos, todos os elevadores avariariam um dia.



FRANCISCO ASSIS

VISTO DE BRUXELAS

A LIÇÃO QUE A FRANÇA NOS DEIXA

nalguns casos também (embora mais limitados) da extrema-esquerda, tem portanto outras e mais complexas causas.

Não basta hoje dizer que esta ou aquela política é de esquerda ou é de direita, para que por essa forma simplista e simplificada possa ser vendida à adequada clientela eleitoral.

Os cidadãos querem, fundamentalmente, ver os seus problemas concretos resolvidos.

E hoje os problemas concretos das pessoas não são exactamente os mesmos de há vinte anos atrás.

Mais do que a riqueza e o rendimento de cada um, o que hoje marca é o desequilíbrio crescente entre os poucos que continuam a acumular e os muitos que, embora progredindo, se sentem cada vez mais afastados de uma justa repartição.

O divórcio crescente entre eleitos e eleitores assenta também na crise da autoridade do Estado Democrático, no artificialismo da vida política, no abandono de princípios e valores, mas também na insistência em manter padrões de comportamento ideológico, e exhibir e lutar por bandeiras que hoje estão absolutamente ultrapassadas.

E nesta brutal mutação de paradigma, tem sido a esquerda o espaço político que revela menor capacidade de adaptação.

Foi "arrepiente" ver reconhecido agora em França que, afinal, a consagração das 35 horas semanais como horário de trabalho pode ter sido rejeitada por uma boa parte dos trabalhadores a quem era suposto beneficiar.

Como, aliás, já tinha sido "estranho" reconhecer em Portugal que a criação de um rendimento mínimo garantido pode ter provocado, junto dos sectores sociais beneficiados, um saldo negativo de apoio eleitoral.

Em contrapartida, a facilidade com que as direitas têm lidado com os fenómenos da insegurança, com as consequências da imigração, exigindo respeito absoluto pela legalidade e defendendo as adequadas políticas securitárias, constituem portas escancaradas para o exercício dos populismos mais ignóbeis e da fruição, a curto prazo, dos correspondentes resultados políticos.

É também esta reflexão que deve ser feita, em toda a Europa (não podemos esquecer-nos que estamos à beira do alargamento político mais significativo que alguma vez se verificou no espaço europeu), mas de igual modo em Portugal, onde nos próximos quatro anos não devem faltar espaços nem oportunidades para repensar estratégias e renovar identidades.



MANUEL DOS SANTOS

PORTO

SÓCRATES DENUNCIA TELENEGÓCIO

José Sócrates denunciou a solução-negociata que o Governo tem preparada para a RTP. O ex-ministro considerou que a decisão de extinguir um dos dois canais da RTP é "um tele-negócio que interessa apenas à SIC e à TVI mas não serve a Portugal".

O ex-ministro socialista, que falava terça-feira num debate promovido pela Comissão Política Concelhia do PS/Porto sobre "a nova situação política", comentava assim as declarações do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, que "falou não em privatizar ou alterar o Canal 1 da RTP. Falou em eliminar, riscar do mapa".

"O ministro defendeu que a RTP deve deixar de lutar pelas audiências e publicidade, que passaria integralmente para as televisões privadas, mas esqueceu-se de que o serviço público não é uma mera formalidade e que sem audiências ele não existe", afirmou. Sócrates passou em revista as gestões da RTP desde os governos de Cavaco Silva até aos dias de hoje para concluir que todos tiveram culpas.

Salientando que nunca lhe "passou pela cabeça que pudesse alguém agora querer agravar ainda mais os erros acabando com a RTP1", defendeu que o PS tem de tomar uma posição totalmente contra essa decisão.

PS deve votar contra o Orçamento Rectificativo

Por outro lado, José Sócrates reafirmou que o PS deve votar contra o Orçamento Rectificativo, uma vez que o PSD cometeu uma "fraude eleitoral ao subir os impostos depois



de ter passado a campanha a dizer que os ia baixar".

O ex-ministro do Ambiente disse que a decisão de aumento do IVA em dois pontos poderá "provocar uma crise económica com aumento da inflação, quebra da competitividade nacional e injustiça social". "Face a tudo isto, o Orçamento só pode ter uma avaliação crítica", afirmou Sócrates, para quem "o mandato do Governo é para encurtar as despesas e não para aumentar as receitas. Isso é o mais fácil".

Acusou ainda o Governo de "envergonhar Portugal no estrangeiro, enquanto é Bruxelas que surge a defender o país e a dizer que as contas públicas estão bem", e garantiu que este discurso traz "repercussões internacionais negativas".

"Quem quer apostar num país cujo primeiro-ministro diz que está de tanga e na bancarrota?", perguntou.

José Sócrates lembrou que Paulo Portas "disse que não concordava com aumentos do IVA e tanto não concordava que já lá está".

Depois de defender que o PS deve ser "um partido à altura destes tempos", afirmou que ele deve "seguir o seu rumo em frente, sem desvios à esquerda e à direita", e apelou, ainda que implicitamente, a que não haja lutas internas no próximo congresso nacional do partido.

"Temos de ter juízo", afirmou, dizendo que "contrariamente ao que se passa no PSD, onde a questão da liderança ainda está mal resolvida, o PS resolveu o seu problema de liderança durante o período eleitoral e hoje tem um líder".

ARRUDA DOS VINHOS

CONCELHIA DIZ QUE CÂMARA ESTÁ DE TANGA

A Concelhia de Arruda dos Vinhos do PS criticou a gestão financeira da Câmara local, de maioria do PSD, afirmando que os níveis de endividamento da autarquia aos fornecedores permitem concluir que "o município de Arruda está de tanga".

Os socialistas arrudenses referem que a Conta de Gerência da Câmara de 2001, aprovada na Assembleia Municipal com os votos favoráveis do PSD e da CDU, confirma as denúncias que fizeram nos últimos anos de "total descontrolo financeiro" da autarquia. Segundo o presidente da Comissão Política



Concelhia do PS, Casimiro Ramos, "as dívidas da Câmara a fornecedores ascendiam, em 31 de dezembro de 2001, a 370 mil contos", valor que constitui "mais de metade do que o município recebe do Estado por ano" e que ultrapassa largamente os 160 mil contos registados em 2000.

"Poderia ser admissível um elevado endividamento se o mesmo resultasse de obras realizadas, mas não é o caso", explica Casimiro Ramos, adiantando que as dívidas envolvem, sobretudo, "a aquisição de bens de consumo e não investimento".

Os socialistas de Arruda dos Vinhos referem ainda que a Câmara "só executou o Orçamento de 2001 em cerca de 66 por cento, enquanto as despesas correntes voltaram a registar um aumento de cerca de 11 por cento", acrescentando que "tal como em 1999 e 2000, a falta de execução de obras co-financiadas, não só impossibilitam os municípios de usufruírem dos seus serviços, como, do ponto de vista financeiro, a Câmara adiu mais uma vez receitas de cerca de 700 mil contos de fundos comunitários".

Não interessa voltar à discussão sobre a possibilidade de uma alternativa ao capitalismo, agora na versão de globalização; como não interessa meditar sobre as ilusórias vantagens e as incomensuráveis desvantagens, económicas e políticas, de um regresso ao protecçãoismo.

OS CAMINHOS DA ESQUERDA

O crescimento eleitoral da extrema-direita pela Europa fora, e em especial em França, não pode ser atribuído a uma falência dos partidos do sistema no tratamento das questões de segurança. A criminalidade crescente tem a sua importância, mas não explica a razão pela qual pequenas comunidades rurais subtraídas ao fenómeno da violência urbana votaram massivamente em Le Pen.

Totalmente grotesco é extrair desta sobrevalorização das questões securitárias que o Estado se tem concentrado excessivamente nas suas funções "subsidiárias", ou sociais, em detrimento das ditas funções "de soberania", que caracterizavam o "Estado guarda-nocturno" do princípio do século passado, e cuja incapacidade para enquadrar a emergente sociedade de massas conduziu ao êxito das doutrinas fascistas em quase todo o continente europeu.

Explicação mais aceitável é a que responsabiliza a insegurança e a incerteza quanto ao futuro que lançam larguíssimas camadas sociais numa enorme ansiedade, à qual os partidos tradicionais não oferecem respostas satisfatórias. O radicalismo oferece respostas simples e esconjura o medo.

A sobrevivência numa economia global, aberta e ultracompetitiva obriga - dizem-nos - ao desmantelamento do modelo de sociedade que a Europa edificou no pós-guerra.

Essa fatalidade económica que pretende varrer a segurança no emprego, desmantelar o serviço nacional de saúde, privatizar a segurança social, flexibilizar os despedimentos tem, portanto, um nome: globalização.

A julgar pelas enormes mobilizações de rua, e mesmo por alguns indicadores eleitorais, a globalização ocupa cada vez mais espaço no centro do debate político e constitui uma das ideias mais fortes que estruturam esse debate.

No entanto, a globalização é uma abstracção: tem sido a esquerda a promover a associação entre o conceito e os males económicos, sociais e políticos de que todos têm uma percepção mais ou menos difusa.

Poder-se-ia, assim, pensar que a função da esquerda seria, portanto, combater a globalização em nome de um qualquer regresso ao passado ou em nome de um modelo novo, alternativo, de sociedade ou de organização económica.

No que me diz respeito, nenhuma das opções me merece grande consideração.

Não interessa voltar à discussão sobre a possibilidade de uma alternativa ao capitalismo, agora na versão de globalização; como não interessa meditar sobre as ilusórias vantagens e as incomensuráveis desvantagens, económicas e políticas, de um regresso ao protecçãoismo.

Não é a abertura dos mercados que põe em risco o nosso modelo de sociedade, sabendo nós que o comércio da União Europeia com as economias asiáticas - modelos de desregulação - apenas representa cerca de 3 ou 4 por cento da riqueza produzida na Europa comunitária. Por outro lado, no mundo desenvolvido a economia assente em bens transaccionáveis perde terreno - no seu valor - em relação aos serviços, estes por definição mais difíceis ou impossíveis de "globalizar". Na realidade, um corte de cabelo, por exemplo, não se pode exportar.

A esquerda tem, porventura, dois caminhos mais frutuosos por diante. Um primeiro que consiste em desinsuflar o espectro da globalização, para subtrair a política a essa espécie de tutela económica, a esse falso determinismo que nos priva de quaisquer escolhas sobre a sociedade em que queremos viver - e que serve os interesses de quem tem a ganhar com a desregulação ultraliberal. O outro consiste em aprofundar a integração política e económica europeias, a uma escala que devolva à democracia a sua preponderância sobre o poder económico, por forma a que a regulação dos mercados - direito da concorrência, política comercial, harmonização fiscal, fluxos financeiros - coloque o seu dinamismo ao serviço do interesse geral. Afinal, o que é o mercado comum senão uma globalização continental, consumada e bem sucedida?



SÉRGIO SOUSA PINTO

A questão que se coloca - por enquanto, ainda sibilinamente - é a de saber se devemos promover uma "mudança radical".

QUAL É A NOSSA VIA?

Durante anos ouvi as vozes desconfiadas apontarem para o "bom exemplo" de Lionel Jospin para contrapor ao "estilo" de Guterres. E se, por acaso, alguém evocava Tony Blair, surgiam sorrisos de desdém...

Verdadeiramente: quer o PS "guterrista" quer o "New Labour" representavam "derivadas de direita" no movimento socialista/social-democrata. Era uma visão simplista e, por isso mesmo, redutora de olhar a vida política.

O panorama é hoje diferente: quer Guterres quer Jospin "ouviram" o eleitorado e abandonaram o combate. Abriu-se a tentação de questionar de novo, qual será o melhor dos caminhos. Uns, obviamente, pensam que é justando/atraindo esquerda à esquerda e outros insistindo na necessidade de prosseguir uma via própria - a "nossa via!" - de modo a saber responder aos conflitos de sempre e aos novos problemas da sociedade. O clima é, aliás, propício: o PS perdeu eleitoralmente importantes posições seja nas autarquias, seja na Administração Central, que deixou de comandar. A questão que se coloca - por enquanto, ainda sibilinamente - é a de saber se devemos promover uma "mudança radical". E a direita está atenta aos mínimos gestos (o "coro" que se ouviu quando Ferro Rodrigues desceu, por momentos, a Avenida da Liberdade ou quando foi saudar os trabalhadores agrupados na "Inter", é a pequena demonstração dessa atenção que os tenores da direita prestam ao PS...).

A menos que haja um qualquer sobressalto, a direita vai durar. Temos, por isso, tempo para aprofundarmos as nossas dúvidas e desenharmos um percurso. Daí que, até ao Congresso, haja, a meu ver, necessidade de se promover um debate aberto - como se está a fazer em Lisboa e no Porto no âmbito das "concelhias" - que facilite a procura de um rumo. Sabemos todos que "os demónios estão à solta" e que será preciso uma grande eficácia na oposição. Mas isso não poderá impedir-nos de fazermos a discussão fraterna. O combate necessário ao Governo não pode impedir-nos de sermos exigentes.

Parece-me, por ora, bastante claro que o PS se preocupou, nos anos em que foi governo, em enfrentar as questões sociais: a pobreza, a exclusão, a infância, a educação, a formação profissional, de algum modo, também, a saúde (particularmente na esfera do tratamento da Sida ou na toxicodpendência).

Os portugueses vivem hoje melhor do que em 95. E simultaneamente não se desarmou perante as obras públicas que arrastam as economias: é preciso dizer: com os governos do PS, Portugal cresceu sempre!

Temos, então, agora que defender aquele paradigma social, reflectir sobre outras opções. Mas para já é importante, talvez, reflectir sobre o "desastre" do PS francês. Que razões profundas

levaram, afinal, a esquerda a ter amargamente de votar um homem da direita? Dividiu-se! E a explicação mais fácil.

O facto de ter subestimado a direita do é, em minha opinião, a razão pela qual o PS tombou à saída das urnas. Até porque o "fenómeno" Le Pen estava lá e ficou lá...

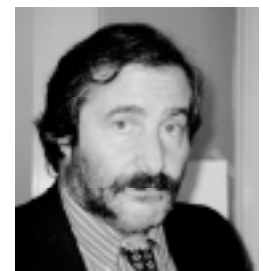
Certamente que o que agora sucedeu em França - e que só distraídos não imaginaram, mas que homens como Jacques Julliard tinham pressensionado.... - irá fazer "correr muita tinta". Para nós, porém, importa dizer que o "projecto" da "maioria plural" se esvaiu em lágrimas. Temos agora de pensar de outra maneira, e cumpre-me assinalar também que aqueles - "os do costume"! - que apontavam o exemplo francês têm estado mais ou menos escondidos, porque, bem vistas as coisas, falharam...

Talvez por isso, mesmo, recomendo que se preste mais atenção a Gordon Brown - o n.º 2 do "Labour" - que se interessa pouco com o que se passa na Bósnia ou no Médio Oriente, mas que conseguiu pôr em marcha uma ampla reforma dos serviços públicos, recuperando a velha e boa ideia da "sociedade de bem-estar".

A dupla Blair/Brown está a fazer o que alguém já chamou de "revolução silenciosa", mas que, teimosamente, alguns nossos camaradas não querem saber. Basta dizer, a título de exemplo imediato, que pela primeira vez há na Grã-Bretanha um salário mínimo - coisa impensável nos tempos do capitalismo "puro e duro".

Claro que não ignoro, também, os registos positivos de Jospin. Todavia, como diz Emmanuel Todd, a "sociedade francesa leva muitos anos a fugir da realidade". Daí o fracasso, porque independentemente de tudo é o realismo que deve presidir às escolhas, nós, socialistas, sabemos o que não queremos, mas muitas - demasiadas vezes - não sabemos o que queremos. Chega aí a hora de traduzirmos num corpo de ideias o que verdadeiramente vamos propor aos portugueses. Temos tempo. É essa a nossa vantagem!

Qual é a nossa via?.



JOSÉ SARAIVA



JUVENTUDE SOCIALISTA

FILIPE COSTA CANDIDATA-SE À LIDERANÇA

Filipe Costa, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) da JS, vai avançar para a corrida à liderança da Juventude Socialista, tendo iniciado já a sua campanha. Nos contactos estabelecidos com diversas estruturas, Filipe Costa pronunciou-se no sentido de "relançar politicamente a JS", estando "a construir uma candidatura", porque faz "uma apreciação crítica" ao actual Secretariado Nacional. "A JS tem que recuperar o seu espaço de intervenção política, abrindo-se aos movimentos sociais em áreas como o ambiente, a globalização, a construção europeia e fenómenos de emigração e integração, devendo também trabalhar mais activamente

no associativismo juvenil e estudantil", disse. Filipe Costa, que diz contar com o apoio da maioria das federações da JS a nível nacional, pretende também apresentar uma agenda social para Portugal, com base nas preocupações sociais mas "de modo mais transversal". Licenciado em Relações Internacionais e especializado na vertente económica, o candidato foi chefe de gabinete do ex-secretário de Estado da Cultura, José Conde Rodrigues. Até agora, a única candidatura conhecida era a da actual secretária-geral, a deputada Jâmila Madeira. A escolha de um novo líder para a JS terá lugar durante o Congresso do PS, agendado para 21, 22 e 23 de Junho.

MADEIRA

LUÍSA MENDONÇA É PRESIDENTE INTERINA

Luísa Mendonça, deputada à Assembleia Legislativa Regional e dirigente do PS-Madeira, é desde o dia 5 a presidente interina do partido até ao próximo congresso extraordinário dos socialistas madeirenses. A Comissão Regional aceitou a renúncia de José António Cardoso do cargo de líder do PS/Madeira após os maus resultados das últimas eleições autárquicas e legislativas nacionais. "Assumo as funções de presidente do partido porque nunca viro as costas ao partido", disse Luísa Mendonça no final dos trabalhos da Comissão Regional. A Comissão Regional vai reunir-se no próximo dia 19 de Maio para deliberar se o actual Secretariado se mantém ou se é eleito outro, decidir a data do congresso e criar uma comissão de gestão do partido até à eleição do novo presidente dos socialistas madeirenses.



VILA REAL

ARTUR VAZ LIDERA ÚNICA LISTA CANDIDATA À CONCELHIA

A lista liderada por Artur Vaz é a única candidata às eleições para a Comissão Política Concelhia do PS de Vila Real, que se realizam sexta-feira, entre as 18 e as 23 horas. Ex-governador civil de Vila Real, Artur Vaz, de 53 anos, disse em conferência de Imprensa que, depois dos resultados negativos obtidos pelo nosso partido nas últimas eleições autárquicas e legislativas, chegou a hora de "dar espaço e voz a novos agentes e protagonistas, reorganizando e abrindo o partido às dinâmicas da sociedade". Nas legislativas de Março, recorde-se, o PSD ganhou as eleições em 13 dos 14 concelhos do distrito com 54,13 por cento dos votos, enquanto que o PS obteve 31,84 por cento dos votos. Artur Vaz quer que o PS se transforme numa "oposição responsável, mas exigente e afirmativa, em relação a quem governa o País e o concelho".



Construção de uma nova alternativa

O objectivo é "transformar o partido no motor e dinâmica da construção de uma nova alternativa, para o desenvolvimento e afirmação da cidade e do concelho de Vila Real, em que o mesmo partido, o PSD, foi sempre maioritário, nos últimos 26 anos". Na elaboração da lista, Artur Vaz procurou o contributo dos autarcas socialistas do concelho entre vereadores, deputados municipais e militantes das assembleias de freguesia, e o equilíbrio entre a continuidade e a renovação. Na lista do ex-governador civil encontram-se António Martinho, Miguel Costa Pinto, Adriána Costa, Francisco Rocha, Carlos Almeida, Paulo Pomar. O responsável salientou que 61 por cento dos elementos que compõem a lista são militantes que não faziam parte da anterior comissão política, e que a média de idades ronda os 42 anos. Artur Vaz já foi presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião e da Comissão Política Concelhia daquele concelho, presidente da Federação Distrital do PS e desde 1995 até ao dia 30 de Abril foi o governador civil do distrito.

AÇORES

PS EM DEFESA DOS INTERESSES DA REGIÃO

O Secretariado Regional do PS/Açores reafirma, num comunicado, que "assumirá, de forma contínua, firme e com sentido de justiça, a defesa dos interesses" da região. "O PS/Açores já o fez quando era o PS a ter responsabilidades no Governo da República, ao não hesitar, por exemplo, em classificar como insatisfatória a proposta de revisão da Lei das Finanças Regionais", refere o comunicado. "O PS/Açores não é como o PSD/Açores. Não tem duas caras: protesta contra o que tem de protestar, elogia o que tem de elogiar, e fez, faz e fará isso, sempre na condição de partido que defendeu, defende e defenderá os interesses dos Açores seja a favor ou contra quem for", lê-se na nota à Imprensa. Os socialistas açorianos exortam ainda o Governo Regional a "prosseguir com firmeza e convicção a sua acção em nome da defesa do desenvolvimento

das ilhas, a mudar os Açores, com a autoridade democrática que resulta da sua legitimidade eleitoral, agindo serenamente contra a arrogância da oposição e o alarido que promove". Por outro lado, os socialistas açorianos manifestam-se favoráveis à manutenção da figura institucional do ministro da República, elogiando as "qualidades humanas e políticas" do titular do cargo, o conselheiro Sampaio da Nóvoa. Entretanto, o Secretariado Regional do PS/Açores aprovou ainda a realização, no primeiro trimestre de 2003, do próximo Governo Regional ordinário, bem como um documento que integra um plano de reestruturação do funcionamento do partido na região. Este plano visa melhorar a coordenação política das diferentes frentes de actuação partidária, cuidando, simultaneamente, da intensificação da sua acção aos níveis locais e de freguesia e de participação e audição social.



Os 11 mil habitantes de Melgaço preparam-se para entrar no circuito mundial do cinema. Nesta vila do Alto Minho será instalado um museu que vai ter nome francês em reconhecimento ao "mecenas" que decidiu doar à terra que sempre o acolhe "calorosamente" o seu valioso espólio de objectos relativos ao primeiro século de história do cinematógrafo.

O projecto anunciado pela edilidade de Melgaço, e que deverá ser uma realidade em 2003, pretende ser algo mais do que um simples local de exposição.

Inserido numa "política mais vasta de dinamização cultural da autarquia", o Museu do Cinema de Melgaço juntar-se-á a outros dois núcleos museológicos e a um conjunto de estruturas desportivas existentes no concelho, alargando, deste modo, o pacote de oferta cultural e turística da região.

Rui Solheiro assegurou ao "Acção Socialista" que o nome do museu é a primeira garantia de que "a importância deste equipamento vai ultrapassar as fronteiras locais". O local deverá ser um "núcleo vivo de animação", tanto de todo o Alto Minho como do próprio País.

Recorde-se que o espólio de Passek tem características únicas no mundo da Sétima Arte. Por via da sua relação com o meio do cinema, o colecionador reuniu ao longo dos últimos 30 anos um espólio de perto de um milhão de fotografias (entre elas estão as imagens das 65 exposições que organizou no Centro Pompidou), centenas de cartazes, inúmeros aparelhos da época anterior ao cinema (lanternas mágicas, por exemplo) e inúmera documentação que inclui fotos autografadas por figuras como Charles Chaplin, Jules Dassin ou Melina Mercoury, cheques assinados por Raoul Walsh e James Stewart e

MELGAÇO

NOVO MUSEU DO CINEMA

A autarquia socialista de Melgaço vai ter um espaço reservado à Sétima Arte. O protocolo que institui a criação do Museu Municipal do Cinema Jean Loup Passek foi assinado sábado, numa ocasião em que presidente da câmara, Rui Solheiro, contextualizou esta aposta no esforço continuado pelo "melhoramento das condições de vida" de uma população e de uma região muito marcadas pelo fenómeno da emigração.

tantas outras raridades.

Em declarações à Imprensa, Passek confidenciou que a sua colecção foi cobijada por vários arquivos franceses, e também pela Cinemateca Portuguesa. "Mas o meu desejo, desde o início, foi criar um pequeno museu sentimental e pessoal, numa terra pequena, para que ele fosse visitado apenas por pessoas que se interessassem verdadeiramente pelas memórias do cinema", explicou o colecionador.

Para acolher estes documentos preciosos, a Câmara de Melgaço adquiriu do Estado a antiga casa da Guarda Fiscal, junto à cerca da muralha medieval, que vai agora entrar em obras de restauro, de modo a permitir a abertura do museu no decorrer do próximo ano.

A ideia é, segundo Solheiro, "valorizar o património cultural" dando-lhe, ao mesmo tempo, um "ótimo enquadramento urbanístico".

Encarando o equipamento como pólo de

atração e desenvolvimento, o autarca socialista prevê ainda "estreitar relações com clubes de cinema" e encetar de "parcerias" com outras edilidades, nomeadamente com a Câmara Municipal do Porto, com vista a alargar o projecto ao âmbito regional.

O projecto do museu aguarda agora luz verde do IPPAR, seguindo-se a fase de concurso público de adjudicação das obras de requalificação, cujo arranque está previsto para o princípio de 2003. O orçamento para as obras é de 300 mil euros e o custo final do equipamento deverá ascender a 500 mil.

Quanto a financiamentos, a autarquia vai proceder à candidatura do projecto a vários programas comunitários, mas Rui Solheiro assegurou ao "Acção Socialista" que, "mesmo sem verbas europeias, o museu será uma realidade com fundos próprios".

MARY RODRIGUES

CÂMARA DO PORTO

PS CONTRA EXTINÇÃO DE PROJECTO DE COMBATE À TOXICODPENDÊNCIA

Os vereadores do PS da Câmara do Porto consideram um "erro gravíssimo" a não renovação do Contrato-Cidade de combate à toxicodpendência, um projecto que estava em curso há seis anos, com excelentes resultados. Por isso, querem ver discutida esta questão na reunião do Executivo da Câmara, agendada para o dia 21.

Apesar de o vice-presidente da autarquia, Paulo Morais, já ter garantido que o Contrato-Cidade não vai ser renovado, os socialistas requereram o agendamento desta questão, tendo anunciado sexta-feira, em comunicado, que o protocolo seria analisado na reunião do dia 21. No requerimento assinado pela vereadora socialista Isabel Oneto, o PS pretendia que fosse analisada na reunião, à porta fechada, o trabalho desenvolvido nos últimos seis anos no âmbito do Contrato-Cidade e que fosse votada a renovação ou não do protocolo entre a Câmara, Governo e instituições de

solidariedade social envolvidas.

Os autarcas socialistas queriam ainda, na presença de representantes daquelas instituições, que fosse debatido o projecto da maioria PSD/CDS para os arrumadores e que fosse analisado o trabalho desenvolvido pelo "gabinete informal" que Paulo Morais terá criado para combater a toxicodpendência.

Erro gravíssimo

Em declarações ao "Acção Socialista", a vereadora socialista Isabel Oneto considerou "gravíssimo interromper o projecto que estava em curso há seis anos em troca de nada".

Isabel Oneto sublinhou, a propósito, que no âmbito do programa Contrato-Cidade funciona um Observatório Permanente de Segurança, que, no último relatório referente ao ano 2001, destacou os resultados positivos alcançados, nomeadamente o aumento dos níveis de qualidade de vida, de saúde e de reinserção social da população que frequenta o programa, "contribuindo assim de forma decisiva para a

diminuição dos comportamentos desviantes".

A autarca socialista teve ainda duras críticas ao programa de erradicação de arrumadores apresentado pelo PSD. Segundo Isabel Oneto, o programa, "para além de várias ilegalidades, é inconstitucional", sublinhando que a filosofia que lhe está subjacente, e que assenta numa perspectiva "policial e autoritária, não se coaduna com o Estado de Direito, que tem regras". O programa de Rui Rio para os arrumadores, ainda segundo a vereadora do PS, "carece de um suporte de enquadramento, uma vez que não está inserido numa perspectiva global de combate à toxicodpendência".

PS é a primeira força política

Por outro lado, Isabel Oneto lembrou que "o PS é a força política com maior representatividade na Câmara, tendo por isso sempre uma palavra a dizer sobre os destinos da cidade".

Na Câmara do Porto, recorde-se, o PS é o partido com maior número de vereadores eleitos, seis, contra quatro do PSD e dois do PP, enquanto a

CDU tem um vereador.

O propósito do Executivo camarário de não renovar o programa Contrato-Cidade mereceu também duras críticas ex-vereadora da Câmara, a socialista Maria José Azevedo.

Em declarações à Lusa, a ex-vereadora da Acção Social e fundadora do Contrato-Cidade manifestou-se "indignada por se pôr cobro assim a um trabalho de seis anos, sem tentar melhorá-lo ou aperfeiçoá-lo".

Recordando os elogios que o projecto e a sua execução "sempre mereceram nos fóruns internacionais, tendo mesmo servido de modelo para os planos de desenvolvimento lançados pelo anterior Governo em vários pontos do País", Maria José Azevedo rejeitou liminarmente os falsos argumentos de Paulo Morais de que ele ficava demasiado caro à autarquia.

"A Câmara paga por ano nem 14 mil contos para o Contrato-Cidade. O resto do dinheiro vem todo da administração central, a quem compete a prevenção e combate à toxicodpendência", explicou a ex-autarca.

J. C. C. B.

A SEMANA PREVISTA

SEG.

Comemora-se hoje o Dia da Europa.

TER.

Com a presença de Jorge Sampaio, decorre em Nova Iorque a sessão especial conjunta ONU/UNICEF sobre os direitos da criança, reunião a que faltará Rosa Albernaz por não concordar com os termos impostos pelo presidente da Assembleia República para as deslocações dos deputados ao estrangeiro.

QUA.

Na Assembleia da República vai-se discutir e votar o Orçamento Rectificativo apresentado pelo Governo.

QUI.

Vicente Jorge Silva e Jorge Coelho são os oradores convidados para o segundo colóquio da concelhia de Lisboa sobre "O futuro do PS", que terá lugar no próximo dia 14 de Maio, às 21 horas, no auditório do novo edifício da Assembleia da República.

SEX.

Tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional.

O plenário do Parlamento Europeu reúne-se em Estrasburgo.

SÁB.

Medeiros Ferreira profere uma conferência sobre "Que política estrangeira para a Europa" a ter lugar a 13 de Maio, às 18 horas, no Instituto Franco-Português em Lisboa.

DOM.

No âmbito dos "Encontros Consumo", promovido pela DECO, realiza-se na próxima terça-feira um sessão sobre "Produtos financeiros com benefícios fiscais".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

SEDE NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA
LARGO DO RATO, 2
1269 LISBOA
TEL: 21 382 20 00 FAX: 21 382 20 16

SANTARÉM
RUA BRIGADEIRO LINO DIAS VALENTE LOTE 17
2000 SANTARÉM
TEL: 243 32 15 44/5/6 FAX: 243 32 25 44

SETÚBAL
PRAÇA DO BOCAGE, 15
2900 SETÚBAL
TEL: 265 22 79 98 FAX: 265 23 02 90

VIANA DO CASTELO
LG. INST. HIST. DO MINHO, 13
4900 VIANA DO CASTELO
TEL: 258 82 40 86 FAX: 258 82 40 86

VILA REAL
RUA ALEXANDRE HERCULANO, 44
5000 VILA REAL
TEL: 259 32 25 86 FAX: 259 32 64 92

VISEU
RUA 5 DE OUTUBRO, 87 - 1.^ª
3500 VISEU
TEL: 232 42 51 33/66 08 FAX: 232 42 51 33

AÇORES
S. MIGUEL
RUA DA MARGARIDA DE CHAVES, 24
9500 PONTA DELGADA
TEL: 296 28 64 91 / 296 28 18 60 FAX: 296 28 27

MADEIRA
RUA DO SURODO, 30 - A
9000 FUNCHAL
TEL: 291 22 56 12 / 291 23 23 81 FAX: 291 23 00 25



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados